

caixa 76

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — MEC
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBIL
DEPARTAMENTO TÉCNICO-EDUCACIONAL — DETED

*Aos Tercos, especial atenção
28/03/84
alligues*

— D MOBIL. DEPARTAMENTO TÉCNICO-EDUCACIONAL:

A HISTÓRIA E SITUAÇÃO ATUAL DA AVALIAÇÃO NO MOBIL . 1983.

Terezinha Wiggers de Almeida (Coordenadora)
Elisa Marina do Nascimento Machado
Isadora Alba Veronese Moniz Vianna
Christina Monteiro Salles Cappelletti
Anita Hirszman

Colaboradoras:

Maria Cristina Marcondes
Maria de Fátima Azevedo Lopes da Costa
Neise Freitas da Silva
Regina Fátima Teixeira
Sonia Krits

Documento elaborado para apresentação no
Seminário Latino-Americano Avaliação de
Programas de Educação de Adultos.

Revisão: Lygia Maria de São Leitão Pires de Moraes
Datilografia: Maria Eunice Moraes dos Santos

Rio de Janeiro, setembro de 1983

S U M A R I O .

O presente documento revela o comportamento da avaliação nos Programas de Educação de Adultos desenvolvidos pelo MOBRAL, no período de 1970 a 1980, década estabelecida para a erradicação do analfabetismo no Brasil, e de 1981 até o momento atual. Para realização deste estudo recorreu-se à literatura sobre investigação e avaliação, à documentação do MOBRAL sobre estes procedimentos e à memória viva da organização, representada por profissionais que exerceram ou ainda exercem funções na área de planejamento, implementação e avaliação. Num primeiro momento, colocam-se a pesquisa e a avaliação como procedimentos indispensáveis a qualquer ação social que se pretenda legitimada pela própria sociedade, situando nesta perspectiva, as propostas de Educação de Adultos, e destacando de imediato, a necessidade crescente de se valer do conhecimento científico na prática avaliativa. Em seguida, busca-se relacionar o estado ainda embrionário e já problemático em que se encontram a investigação e a avaliação em Educação de Adultos à própria situação das propostas educativas nesta área. Dá-se continuidade ao estudo, apresentando-se o elenco de subsídios levados em conta para a realização do diagnóstico do comportamento da avaliação nos programas para adultos, no MOBRAL. Tal diagnóstico, ao definir o papel secundário deste procedimento na Organização, busca correlacionar este fato às injunções políticas e institucionais na avaliação das ações educativas e as implicações decorrentes em termos da formalização desta prática na Organização e na sua administração pelos participantes do programa. No prosseguimento do trabalho, apresenta-se um panorama da situação atual do MOBRAL, mostrando as conclusões obtidas que localizam o momento presente da pesquisa e avaliação no Órgão, no contexto mais geral dos problemas afetos a esta área. Embora aponte alguns avanços nestes procedimentos, estes avanços não chegam ainda a alterar qualitativamente o estado de coisas. Por fim, são relacionadas algumas alternativas para pesquisa e avaliação, lançadas algumas recomendações sobre estes procedimentos; recomendações que privilegiam uma visão crítica sobre a natureza da educação que é proposta e as facilidades oferecidas para a pesquisa e avaliação neste campo.

I N D I C E

Pag.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO II

INVESTIGAÇÃO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS....	3
---	---

CAPÍTULO III

SUBSÍDIOS PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DA AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO MOBRL.

1.1 MOBRL: criação, estrutura e funcionamento....	11
1.2 A proposta de Educação de Adultos no MOBRL	13
1.3 Espaços institucionais da avaliação	21
1.4 O papel da avaliação no discurso oficial do MOBRL	27
1.5 Representações sobre avaliação no MOBRL.....	31

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DA AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO MOBRL.....	41
--	----

CAPÍTULO V

SITUAÇÃO ATUAL NO MOBRL E PERSPECTIVAS.....	43
---	----

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES	56
------------------	----

CAPÍTULO VII

ALTERNATIVAS PARA PESQUISA E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS	58
1. A nível das Agências Educativas	58
2. A nível dos Programas de Educação de Adultos.....	60

CAPÍTULO VIII

RECOMENDAÇÕES.....	61
1. Recomendações/pesquisa e avaliação nos Programas de Educação de Adultos.....	61
2. Recomendações/sugestões específicas — pesquisa e avaliação nos Programas de Educação de Adultos no MOBILAL	62
BIBLIOGRAFIA	64

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Este documento visa apresentar a História e a Situação Atual da Avaliação no MOBRAL. Atendendo ao objetivo geral do Seminário Latino-Americano — Avaliação de Programas de Educação de Adultos, este estudo identifica os principais obstáculos para a realização de avaliação e incorporação de seus resultados à prática educativa. Apresenta formas alternativas de avaliação e dá sugestões e recomendações. Faz um diagnóstico da avaliação no MOBRAL, referente ao período de 1970 a 1980 e, a partir daí, descreve a situação atual da avaliação no Órgão.

As razões para demarcação destes períodos se prendem a critérios organizacionais, sendo que o último período, de 1981 a 1983, corresponde a mudanças na administração e estrutura do Órgão.

Finalmente, cabe esclarecer que este estudo pretende situar o comportamento da avaliação no MOBRAL e não o resultado da ação do próprio Órgão ou das ações por ele desenvolvidas.

Procedimentos metodológicos:

Para a realização do presente estudo foram adotados os seguintes procedimentos:

- . revisão da literatura sobre investigação na área da Educação de Adultos, selecionada em função de sua importância e pertinência com o assunto a ser trabalhado;
- . consulta ao acervo de documentos do MOBRAL Central referentes à avaliação de sua ação, igualmente selecionados de acordo com a sua importância e pertinência;
- . realização de entrevistas com técnicos e ex-técnicos do MOBRAL (num total de dezenove) que exercem ou exerceram cargos ou funções ligadas à administração do Órgão na execução de programas e na coordenação da área de pesquisa, com o objetivo de obter subsídios para elaboração do documento, bem como do próprio diagnóstico da avaliação no MOBRAL.

As entrevistas foram orais, não gravadas e realizadas pela própria equipe responsável pelo documento, tomando-se como base um roteiro previamente encaminhado aos técnicos.

O conteúdo das entrevistas foi sumarizado em tópicos e devolvido, por escrito, aos entrevistados para aval e complementações.

Tais depoimentos com aval foram analisados segundo categorias propostas por Alkin et alii, que procurou desenvolver um quadro teórico de referência sobre a utilização de avaliações.

CAPÍTULO II

INVESTIGAÇÃO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Através deste capítulo se dá uma visão geral sobre a situação atual da avaliação em Educação de Adultos, além de mostrar que a avaliação não deve ser vista fora do contexto das próprias propostas de Educação de Adultos.

A necessidade da pesquisa e da avaliação em Educação de Adultos parece inserir-se no quadro mais amplo da necessidade de tais procedimentos, em ações sociais de um modo geral.

Estas ações, configuradas sob a forma de programas sociais, representam um conjunto de estratégias que dão corpo a interferências na realidade, visando solucionar problemas na área da educação, saúde, alimentação, habitação, entre outros.

A evolução do processo, deliberado ou não, de intervenção no curso da sociedade acaba necessitando da legitimação deste corpo social, como suporte para a sua continuidade.

Desta forma, parece ser crescente, por parte das agências sociais, a percepção da necessidade de dar maior visibilidade pública às ações colocadas em andamento no âmbito da sociedade.

Dentro deste marco é que se coloca a questão da pesquisa e da avaliação de programas na esfera social. A intervenção social, com base no conhecimento científico, já se define, segundo Lima Júnior (1978), como uma idéia bastante consensual, ainda que, para tal intervenção, possam concorrer outras fontes alternativas como, por exemplo, parâmetros resultantes do aprendizado de experiências passadas. No entanto, o papel da ciência vem recebendo uma crescente valorização social, em termos de sua contribuição para aproximações e soluções mais substantivas aos problemas desta área.

Recorrendo-se ainda a Lima Júnior, estes dois processos — a crescente mediação social "e o igualmente crescente reconhecimento do importante papel das ciências no mundo da ação" têm feito com que a avaliação da qualidade de tal

mediação seja revestida de uma forma científica, identificável na literatura especializada, como pesquisa de avaliação. (LIMA JÚNIOR, 1978, p.2).

Retomando a questão da Educação de Adultos, a pesquisa e a avaliação nesta área são procedimentos que também deveriam se colocar na perspectiva de favorecer uma visibilidade maior da natureza e dos efeitos das ações desenvolvidas junto a esta população. Do mesmo modo que conferir a tais procedimentos crescentes níveis de cientificidade deveria se confirmar como a postura mais conveniente às intervenções sobre a qualidade do serviço educativo prestado às populações.

No entanto, é no bojo destes mesmos pressupostos, que parece se instalar uma das questões mais controversas no plano da convivência entre o mundo da ciência e o mundo da ação: a produção científica como subsídio à tomada de decisões sobre ações operadas numa realidade em permanente mudança.

É fato indiscutível que a implementação de programas sociais origina-se de uma necessidade emergente da própria sociedade e que, portanto, a execução destes programas sofre pressões de tempo, não sendo possível condicionar o desencadeamento, revisão ou prosseguimento dos mesmos, exclusivamente, aos resultados de pesquisas e avaliações.

Tal fato implica em que o processo de tomada de decisões nas agências sociais seja informado, às vezes, preferencialmente, por subsídios não tão consistentes como aqueles que poderiam advir de um trabalho científico, mas que, mesmo assim, permitem uma intervenção mais imediata no acontecimento da ação.

Feitas estas considerações de caráter mais geral, convém agora localizar a discussão na situação atual da pesquisa e da avaliação em Educação de Adultos, embora sem a pretensão de esgotar o tema. Nesta discussão, vários autores foram considerados.

Como ponto de partida recorreu-se a um estudo desenvolvido por Francisco Vio Grossi (1982) "Investigacion en Educacion de Adultos en América Latina - Evolucion, Estado y Resultados".

De acordo com o referido estudo esta investigação se encontra hoje num estado embrionário, limitado por fatores relativos

ã diversidade de situações políticas e sócio-econômicas, pelos diferentes graus de desenvolvimento da própria Educação de Adultos na região e por fatores afetos à carência de informações sobre a produção dentro da área, que ainda carece de marcos teóricos próprios. Questões como a dispersão e a falta de sistematização dos estudos já realizados, o pouco apoio econômico a estes estudos são aspectos de peso no quadro geral da investigação em Educação de Adultos.

Este processo poderia, enfim, ser caracterizado como o de uma permanente busca de novas formas de aproximação da realidade social e educativa.

Os principais problemas no âmbito destas investigações parecem localizar-se na questão das abordagens metodológicas das próprias investigações e nos aspectos da difusão e utilização dos conhecimentos produzidos.

Em função da evidente carência de marcos teóricos próprios, a investigação em Educação de Adultos tem tomado como base a trajetória das investigações em Ciências Sociais.

Os enfoques da investigação social, centrados em torno do empirismo e do estrutural funcionalismo, começaram a ser criticados a partir da década de sessenta pela sua incapacidade de vincular o processo de produção de conhecimento da realidade social com a necessária ação transformadora desta realidade. Criticou-se o princípio empirista da neutralidade valorativa do pesquisador como sendo a principal barreira entre o processo de produção de conhecimento e uso destes conhecimentos.

Em um período de crise como o dos anos sessenta a questão maior para Fals Borda é pela transformação fundamental da sociedade. "Isto exige abandonar os marcos de referência que obstaculizam avançar nesta direção e atuar principalmente em dois planos: o desenvolvimento da consciência dos problemas sociais e o simultâneo desenvolvimento de um conhecimento teórico capaz de manejar a solução destes problemas. Isto implica em abandonar o princípio da neutralidade valorativa e adotar uma posição" (GROSSI, 1982, p.30).

Este enfoque sustenta, por outro lado, que o estrutural funcionalismo não é, de fato, uma ciência livre de valores.

mas que está comprometida com a preservação do status quo.

A partir daí foram surgindo novos enfoques denominados de diversas maneiras e adquirindo matizes variados: investigação militante, investigação temática e outras. Todas enfatizando a necessária participação do investigado que passa a ser sujeito e objeto do processo de produção de conhecimento, transformando assim, o ato de investigação, simultaneamente, num ato educativo.

Segundo Grossi, as perspectivas de investigação comprometidas com o processo de transformação da realidade estariam centralizadas neste âmbito, constituindo-se de um conjunto de estratégias que demandam e possibilitam a participação da população implicada no projeto ou programa, na avaliação dos processos e resultados dos mesmos. Vistas sob esta ótica são tidas como um ato de reflexão sobre a prática educativa.

Dentro deste marco, dois pontos centrais devem ser evidenciados: a discussão em torno da própria prática da pesquisa participativa e a discussão em torno da maior atualidade de abordagens qualitativas ou quantitativas na produção do conhecimento científico.

A pesquisa participativa pode sofrer uma série de deturpações traduzidas, segundo Pedro Demo, no risco da "banalização do fenômeno político participativo, seja no sentido de não atentar para sua dificuldade real dentro dos conflitos concretos da sociedade, seja no sentido de esquecer o lado da pesquisa e tornar-se somente participação, recaindo no ativismo sem reflexão crítica" (DEMO, 1982, p. 27).

De acordo com Demo a questão da prática da pesquisa participativa precisa ser desmistificada, na medida em que ela não pressupõe, necessariamente, uma ação que leve à mudança estrutural da sociedade. Segundo o autor, a característica fundamental da pesquisa participativa, configurada no compromisso ideológico e político do pesquisador com a comunidade, não imprime a ela um caráter revolucionário, podendo também servir de instrumento de controle ideológico.

Demo ainda coloca que, normalmente, participação é confundida com consulta intermitente às bases o que não se constitui de modo algum, em participação, na medida em que esta pressupõe algum nível de organização da comunidade — condição sine-qué-non para a consecução do processo

educativo — e uma dedicação profunda do pesquisador que supõe não só ouvir e consultar a comunidade, como também submeter-se ao seu julgamento e controle. O autor afirma, inclusive, que, exatamente por isto, em "muitas pesquisas participativas" há mais auto-justificação, do que participação" (DEMO, 1982, p. 105).

Por outro lado, a abordagem quantitativa vem merecendo a crítica de ter um caráter conservador enquanto que a abordagem qualitativa é reservado um papel inovador. Para a superação desta contradição entre enfoques qualitativos e quantitativos e dentro de uma perspectiva formalista, a alternativa estaria na conciliação ou justaposição de ambos os aspectos, tidos como mutuamente exclusivos. Segundo Saviani esta atitude formalista tenta contrabalançar os excessos de quantidade e de qualidade sem que no entanto, o cerne do problema seja atingido. Tal perspectiva contempla portanto, de uma maneira superficial a discussão da adoção das abordagens citadas, na medida em que as questões que antecedem a sua utilização não são consideradas. Segundo o autor, é necessário encararmos ambas as abordagens como "dois polos contraditórios mutuamente inclusivos de um mesmo processo (o processo educativo) que deve ser visto no seu todo" (SAVIANI, 1980, p. 198).

Outro ponto que, na literatura sobre pesquisa e avaliação em Educação de Adultos, é freqüentemente levantado, relaciona-se à questão da utilização dos resultados, o que também se aplica às ciências sociais em geral. Vários autores apresentam pontos convergentes nesta área.

Assim Grossi (1982) coloca a questão da fragilidade da difusão dos resultados de investigações entre os próprios investigadores e entre os educadores. De acordo com Grossi, o panorama deste fato na América Latina não é em nada promissor, concorrendo para isto fatores como o desconhecimento do material produzido, muitas vezes pela circulação restrita, pela falta de interesse dos autores, e pela falta de bibliotecas e centros de documentação especializados.

No caso das formas de utilização propriamente dita dos resultados das avaliações, a controvérsia parece se instalar entre avaliadores educacionais e usuários, geralmente se traduzindo pela preocupação do primeiro grupo com a utilização inadequada dos resultados de estudos avaliativos, pelos que encomendam estes estudos. E para este último grupo, o problema estaria na forma inadequada de condução dos estudos avaliativos, acabando por implicar em uma não utilização dos mesmos.

Esta questão vem se constituindo em objeto de estudo por parte de especialistas na área de avaliação educacional, o que indica a dimensão generalizada desta controvérsia no interior das propostas educativas.

Um dos estudos desenvolvidos por Alkin et alii (1979) busca apresentar um quadro de referência teórico sobre a utilização de avaliações, como um primeiro passo para uma teoria da utilização da avaliação. Uma visão sintética e crítica deste estudo é apresentada por Oliveira et alii (1981) no artigo "A Utilização de Resultados de Estudos Avaliativos".

Em seu estudo, Alkin et alii chegaram a duas proposições centrais nesta questão: uma tentativa de definição de utilização e uma tentativa de identificação dos componentes essenciais deste procedimento.

Estas duas tentativas representariam apenas elementos introdutórios à proposta fundamental que consistiria na categorização das múltiplas variáveis identificadas nos casos estudados. Os autores chegaram à seguinte categorização: limites de avaliação pré-existentes, orientação dos usuários, abordagem da avaliação, credibilidade do avaliador, fatores organizacionais, fatores extra-organizacionais, conteúdo e relatório da informação e características administrativas do avaliador.

Oliveira et alii (1981), na reflexão crítica sobre a proposta de Alkin et alii (1979), destacam o fato de que estas categorias não foram exaustivamente trabalhadas no tocante ao interrelacionamento existente entre elas e, ainda, que as mesmas abrangem aspectos mais amplos da avaliação que apenas a utilização de seus resultados.

Conforme destacam Oliveira et alii (1981) a abrangência das categorias, ao invés de invalidar a proposta, acaba por redimensioná-la em termos mais gerais da avaliação. É exatamente por conta da amplitude da categorização feita que seu aproveitamento tende a ser maior em futuros estudos nesta área. É por esta mesma razão que optou-se pela utilização destas categorias quando da análise das representações dos técnicos sobre avaliação no MOBREAL.

Uma outra contribuição importante é dada por Moura Castro (1978) quando discute a questão do impacto do resultado da pesquisa. Tal impacto, sob a forma de consequência ou

inconseqüência social da produção científica, tem merecido uma atitude de certo modo intransigente e distanciada do pesquisador, tendo em vista a sua própria formação e a lealdade com o progresso da ciência e com a fidedignidade dos seus resultados. Por outro lado, o autor questiona a eficiência da pesquisa como informadora de transformações que repousam sobre situações sociais relevantes, evidenciando, neste caso, a indiscutível conotação ideológica da produção científica e a não acessibilidade imediata do público para absorver informações contrárias as posições previamente assumidas..

Berelson e Steiner, citados por Moura Castro, mostram que "1) as pessoas tendem a ver, a escutar aquelas comunicações que são favoráveis ou apropriadas às suas predisposições; é mais provável que vejam e escutem comunicações compatíveis do que neutras ou hostis. Quanto mais interessadas no assunto mas provável torna-se tal atenção seletiva. 2) as pessoas costumam conversar mais sobre assuntos controversos com outras de opinião similar do que com aquelas que não concordam com seu ponto de vista. 3) qualquer correlação entre o comportamento das comunicações e as características de cada pessoa é mais resultado da exposição seletiva do que uma prova para os efeitos das comunicações" (CASTRO, 1978, p. 25).

Ao lado da pesquisa, a questão da avaliação em programas de Educação de Adultos é atualmente um aspecto ainda bastante problemático.

Dave (1982), num estudo sobre sistemas de avaliação e monitoria de programas de alfabetização e pós-alfabetização, afirma que um fato universalmente reconhecido por todos os envolvidos em Educação de Adultos é a necessidade e a importância da avaliação como um sistema inserido no interior destas propostas. Na prática, planejadores e profissionais envolvidos nestas ações enfrentam vários obstáculos para implementação destes sistemas de avaliação.

As dificuldades afetas à avaliação são, praticamente, as mesma verificadas na pesquisa, tais como: ausência de marcos conceituais, precisos, dificuldade na definição de abordagens de avaliação adequadas à natureza das ações propostas, limites na utilização dos resultados para reformulação nos programas em curso.

Considerando que estes pontos já foram levantados anteriormente, os mesmos não serão revistos neste momento.

Concluído este capítulo, os referenciais aqui delineados acabam gerando mais indagações do que assertivas na área da pesquisa e avaliação em Educação de Adultos.

A forma embrionária em que os procedimentos da investigação em Educação de Adultos se encontram na América Latina, a polêmica instalada ao redor das diferentes abordagens da pesquisa e avaliação, as dificuldades presentes na difusão e uso dos resultados produzidos, a familiaridade dos questionamentos sobre esta prática, independente da natureza da agência promotora do trabalho educativo são questões que acabam por remeter o debate sobre pesquisa e avaliação em Educação de Adultos à própria situação desta Educação e ao contexto historicamente definido em que ela foi gerada e se desenvolve.

CAPÍTULO III.

DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DA AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO MOBRL.

1. Subsídios para realização do diagnóstico

Para a elaboração do diagnóstico do comportamento da avaliação nos programas de Educação de Adultos do MOBRL foram utilizados alguns elementos, com a finalidade de fundamentar a análise subsequente. São eles: descrição do MOBRL e de seus programas e a avaliação dentre destes; os espaços institucionais de avaliação e a produção dentro destes espaços; o papel da avaliação segundo o discurso oficial; os depoimentos da memória viva da Organização.

O período sobre o qual recaíram a análise e o diagnóstico foi aquele compreendido entre 1970 e 1980. Isto porque este foi o espaço de tempo, inicialmente demarcado para a erradicação do analfabetismo, bem como para "implantar toda uma infra-estrutura que lhe permitisse oferecer à população brasileira um leque de opções em termos educacionais, tal como preconizava a lei que o criou" (RAMOS in CORRÊA, 1979, p. 61).

Conforme já discutido no capítulo anterior, a avaliação, como qualquer outra atividade dentro de uma organização, pode ser formalizada de diferentes modos: realizada internamente ou encomendada a equipes especializadas, desenvolvida por um setor específico ou desdobrada em outras áreas, integrada a outras atividades, como definição de políticas da organização ou exclusivamente voltada para a ação avaliativa. Administrativamente, ainda se configura o tipo de autoridade conferida aos avaliadores e a natureza da legitimação institucional da avaliação.

Diagnosticar o comportamento da avaliação no MOBRL implica necessariamente em explicitar à priori, "O plano das relações sociais onde ela se situa, que é o contexto organizacional" (Lima Júnior et alii, 1978, p. 37), contexto que imprime a esta prática um conjunto de características específicas, a nível de recursos, limitações e a nível da produção do conhecimento e da interferência na realidade.

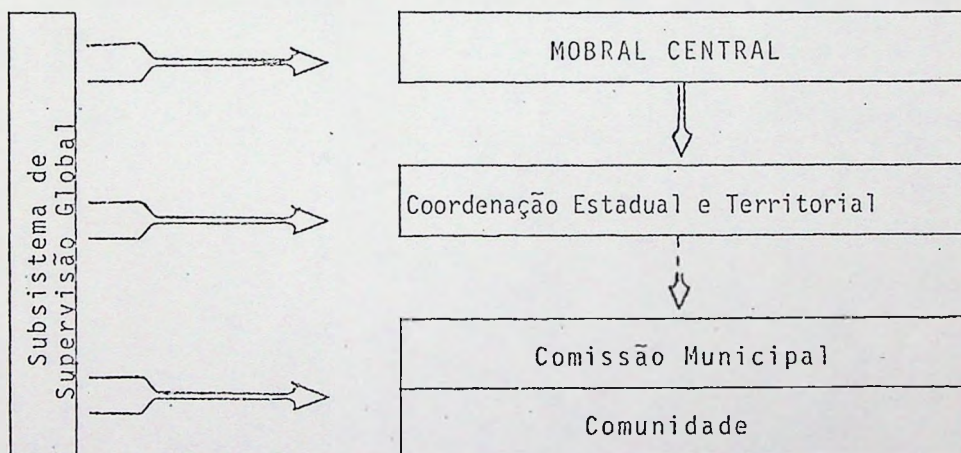
1.1 MOBRL — Criação, estrutura e funcionamento:

O Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, vinculado

ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, foi criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967 e, no dia 8 de setembro de 1970, Dia Internacional da Alfabetização, foi transformado em organismo executor de um Programa Nacional de Alfabetização, tendo como finalidade a Alfabetização e a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

O MOBRAL foi estruturado em três níveis administrativos, adotando como princípios estratégicos a descentralização das ações e a centralização do controle, tendo em vista a instrumentalização progressiva das comunidades para que viessem a assumir a execução da ação educativa.

A estrutura básica da Instituição pode ser visualizada no gráfico abaixo:



As principais características da estratégia de ação adotada pelo MOBRAL podem ser discutidas a partir de cinco grandes categorias: planejamento, implantação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das propostas educativas da Instituição.

O planejamento das ações foi feito, até 1979, com base em estudos e projeções referenciados pelo Censo Demográfico de 1970 e nos resultados que iam sendo obtidos no transcurso dos anos.

No entanto, ao adotar, como prática de trabalho, a

metodologia de ação comunitária; um caminho de maior participação da clientela foi sendo aberto, em termos de sua atuação mais significativa na decisão quanto à realização de programas do seu interesse.

A fase de implantação dos programas e de procedimentos do planejamento das ações comporta dois segmentos básicos: a mobilização e o conveniamento.

A mobilização no MOBRAL sempre foi orientada pelos objetivos, estrutura e funcionamento de uma entidade que desenvolve uma ação educativa de massa, numa perspectiva de educação continuada.

Esta tarefa é afeta aos níveis executores: Comissões Municipais e intermediários: Coordenações Estaduais e Territoriais do MOBRAL, incluindo-se aí o SUSUG.

Para a realização das atividades são firmados convênios entre o MOBRAL, Comissões Municipais e Prefeituras de cada município, para efeito de legalização da ação da Instituição em nível da comunidade.

1.2 A proposta de Educação de Adultos no MOBRAL: fundamentos teóricos, características dos programas e procedimentos de avaliação.

A proposta de educação de adultos do MOBRAL situou-se no contexto dos distintos projetos do órgão, nos vários campos da sociedade. Segundo Corrêa "nenhuma educação é neutra, sob qualquer aspecto, realizando, inexoravelmente, projetos nos vários campos da vida nacional: o político, o econômico, o social e o cultural" (CORRÊA, 1978, p. 50).

"O projeto político do MOBRAL parte fundamentalmente de uma visão positiva, construtiva, da sociedade e do homem. Diante de qualquer problema é sempre possível adotar uma constelação de diferentes atitudes. O MOBRAL acredita nas posições renovadoras das relações entre os homens, mas acredita que isso pode ser feito com a preservação de valores que dão identidade cultural ao povo brasileiro e sem os traumatismos pregados pelos radicais. Ao surgir em um mundo cuja tradição, propagada pelos meios de divulgação dos extremistas, era a de programas de educação de adultos associados a movimentos de luta revolucionária armada, o MOBRAL adotou um programa "evolucionário", aberto,

participativo, livre dos dogmas e dos mitos". (CORREIA, 1979, p. 50).

"O projeto econômico do MOBREAL objetivou, logo de início, criar condições para que o homem brasileiro aumentasse sua produtividade e, conseqüentemente, sua renda, também influenciada pela maior mobilidade ocupacional" (CORREIA, 1979, p. 54).

"O MOBREAL concretiza o seu projeto social atuando como órgão de integração de pessoas, classes sociais, entidades públicas e privadas, em torno de objetivos comuns". (CORREIA, 1979, p. 57).

"Finalmente, o Projeto Cultural, a que o MOBREAL se entrega cotidianamente com inegável sucesso, é algo que define com clareza a amplitude de seu papel na vida brasileira. Iniciamos nossas atividades com a preocupação de chegar até o ex-aluno, um ser em expectativa com os bens culturais" (CORREIA, 1979, p. 58).

A proposta de Educação de Adultos no MOBREAL foi se delineando logo após o primeiro ano de desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional. Pela demanda dos próprios egressos deste Programa, viu-se a Instituição compelida a agilizar a estruturação de um sistema de educação continuada já previsto na própria legislação que formalizou a existência do Órgão.

A partir das décadas de 60 a 70, começava-se a discutir a necessidade de se ampliar o campo da ação de Educação de Adultos que, cada vez mais, passava a ser vista como um componente imprescindível ao crescimento econômico dos países.

Esta preocupação se refletiu muito nitidamente no desenho do modelo de Educação Continuada, então esboçado pela Instituição.

O desenvolvimento do modelo de Educação Permanente, delineado pelo MOBREAL, estava intimamente relacionado à política desenvolvimentista do país, implicando que o enfoque predominante deste sistema fosse econômico, sem contudo abandonar os aspectos cultural e social. A educação de adultos, e dentro dela a alfabetização, era vista como uma das condições básicas para o crescimento econômico do país.

Este modelo de Educação Permanente buscou integrar a Educação Geral e o Subsistema de Educação para o Trabalho. A Educação Geral traduziu-se por ações na área de alfabetização, cursos equivalentes às quatro primeiras séries do 1º grau, desenvolvimento comunitário, ação cultural.

No entanto, na prática educativa em desenvolvimento, foi apontada a insuficiência de um modelo de educação que tivesse como referencial básico o sistema econômico. A própria experiência junto a adultos, as necessidades expressadas por estes elementos, a metodologia de trabalho adotada foram fatores que interferiram na mudança de enfoque do sistema de Educação Permanente, acabando por localizar na comunidade seu maior referencial. O desenvolvimento da ação do MOBREAL foi confirmando a idéia de que não era possível trabalhar com maior ênfase apenas uma dimensão dos adultos envolvidos, senão todas elas, através de um trabalho com intenso envolvimento comunitário.

A mudança no enfoque conceitual de Educação Permanente levou a privilegiar a ação cultural como informadora do Sistema e de todos os seus programas. Este Sistema abrange ofertas de Educação Geral e Formação Especial, porém não mais prioritariamente voltadas para o mercado de trabalho, e sim, para as próprias comunidades, espaço de desenvolvimento das ações educativas.

A concepção da Educação de Adultos no MOBREAL implicou no reconhecimento de que: o indivíduo é um ser em formação contínua e dinâmica, o que exige uma ação duradoura e que se renova constantemente; a ação educativa deve considerar as experiências de vida da clientela, sistematizando-as e enriquecendo-as, não se restringindo a processos escolares, mas atendendo as necessidades básicas e existenciais dos indivíduos; a educação é globalizante e não fragmentada agindo nos diversos campos da ação humana em níveis crescentes de aperfeiçoamento; a ação educativa deve se desenvolver com a participação de todos, capacitando o homem a explicitar suas potencialidades, a desenvolver-se como pessoa, que se relaciona com os outros homens e o seu meio; numa perspectiva de autotransformação e transformação do mundo. (CORREIA, 1979).

O modo de desenvolvimento dos programas — a sua proposta metodológica, tem sua razão de ser calcada nesses princípios básicos.

Ofertas de Educação Geral e de Formação Especial: Situa-se como ofertas de Educação Geral, ações de alfabetização, cursos equivalentes às quatro primeiras séries do primeiro grau, ações nas áreas de saúde, cultural e comunitária para adolescentes e adultos.

Na área da Formação Especial, cabe citar as ofertas de cursos de iniciação e semiquificação profissional destinados, preferencialmente, à clientela participante das ações da Educação Geral.

Programa de Alfabetização Funcional — PAF

A alfabetização funcional de adolescentes e adultos, vem sendo viabilizada através do aproveitamento das experiências da população envolvida e do desenvolvimento de conteúdos relacionados à situação de vida dos participantes.

Concebido com a duração de 5 meses, todo o trabalho metodológico do PAF está baseado em técnicas de grupo e inserção comunitária. Usa palavras geradoras que se apóiam nas necessidades básicas do homem, tendo em vista garantir o interesse e envolvimento dos alunos.

A avaliação no PAF deve ser vista em função dos objetivos terminais do Programa.

Estes objetivos, colocados como comportamento de saída do alfabetizando, mereceram ao longo do desenvolvimento do PAF dois tratamentos: até 1975, a avaliação do aluno era orientada por um decálogo, que expressava comportamento na área de Comunicação e Expressão, Matemática e Integração Social; - a partir de 1975, levando-se em conta as dificuldades de operacionalização do decálogo pelos alfabetizadores, pretendeu-se o seu aprofundamento, traduzindo cada um dos dez comportamentos em objetivos terminais e intermediários, de avaliação cooperativa e auto-avaliação.

O alfabetizador, devidamente orientado, tem toda a autonomia para considerar seu aluno como alfabetizado ou não. A avaliação é realizada durante o próprio processo de alfabetização, permitindo, através do conhecimento do ritmo de aprendizagem de cada um dos alunos, um trabalho que leve em consideração as diferenças individuais.

Sendo considerado apto, o aluno receberá um Certificado de Alfabetização Funcional, expedido pelo próprio MOBRAF.

Programa de Educação Integrada — PEI

O PEI foi o primeiro desdobramento da ação alfabetizadora

desencadeada pelo MOBRAL, anterior mesmo à estruturação do modelo de educação permanente adotado pelo Movimento. Possibilita a continuidade à alfabetização proporcionando conhecimentos básicos relativos às quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau.

Este Programa surgiu após constatação informal e empírica de que os egressos da alfabetização tinham a expectativa de continuidade dos estudos.

A avaliação no PEI foi colocada como um processo global, abrangente e contínuo. Esta avaliação teve momentos distintos, correspondendo cada um a uma etapa de desenvolvimento do próprio Programa.

Na fase de implantação do Programa, a avaliação do aluno mereceu uma estratégia específica, que pode ser traduzida pelos seguintes pontos: - trabalho realizado pelo professor, em termos de observações constantes e de atividades avaliatórias; - avaliação direta pela equipe do MOBRAL Central em alguns municípios pré-selecionados, através de observação das atividades de classe e realização de entrevistas com os alunos; - verificação escalonada do rendimento do aluno, feita a partir da aplicação de testes padronizados em três modelos de complexidade crescente. Verificação esta, feita não para determinar a prontidão do indivíduo para a saída do Programa, mas sim para obter informações para a avaliação da experiência.

No início da fase de expansão do Programa, a avaliação se baseava em objetivos gerais e específicos, pontos de referência e objetivos operacionais.

Os objetivos gerais e específicos, prefixados pelo MOBRAL, traduziam a meta final a ser alcançada pelo aluno. Os pontos de referência, também prefixados pelo MOBRAL, ficavam numa linha intermediária entre os objetivos do Programa (gerais e específicos) e os objetivos operacionais traçados pelo professor. Os objetivos operacionais eram formulados pelo professor, de acordo com o tema tratado e as expectativas, necessidades e interesses do grupo de alunos.

Tanto na fase de implantação como na fase de expansão, cabia ao professor determinar se os alunos estavam aptos a receber o atestado de escolaridade do Programa. Este atestado era fornecido pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Mais tarde, na tentativa de aprimorar o processo de avaliação, além de outros procedimentos, foram definidos objetivos intermediários e terminais do PEI, por área de estudo, num trabalho conjunto MOBRAL e Ministério de Educação e Cultura.

Programa de Autodidatismo — PAD

O Programa de Autodidatismo, criado em 1975, tem como objetivos proporcionar uma alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população, além de ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população.

Considerando os objetivos do Programa, foram fixados o atingimento preferencial da zona rural e a prioridade de atendimento a alfabetizadores, ex-alunos de Alfabetização Funcional, professores e alunos de Educação Integrada, e a comunidade, em geral. A operacionalização do Programa se fez a partir do oferecimento de estudo de temas, contidos no material didático do Programa, a serem escolhidos pelo próprio participante, de acordo com o seu interesse e necessidade, e a serem trabalhados, segundo o seu ritmo de aprendizagem e disponibilidade de tempo.

Para as atividades de acompanhamento e orientação à clientela, o Programa dispunha de um monitor próprio, devidamente treinado e periodicamente realimentado pelo Subsistema de Supervisão Global, além da própria Coordenação do MOBRAL.

A natureza deste Programa, baseado na autodidaxia, no ritmo de aprendizagem e no interesse de cada participante, não requer a fixação de parâmetros avaliatórios que mediriam o grau de atingimento dos objetivos prefixados, como também não confere ao participante qualquer tipo de atestado.

Programa de Educação Comunitária para a Saúde — PES

Em 1976, o MOBRAL iniciou a implantação do Programa de Educação Comunitária para a Saúde que consistia, basicamente, em estimular a população, através de mecanismos de participação comunitária, a conhecer, sob novos enfoques, seus problemas de saúde e promover soluções, visando minimizá-los. Para tanto, o Programa se operacionalizava através de atividades desenvolvidas

por grupos com orientação de um monitor e utilização de material específico.

A avaliação no PES era realizada de modo contínuo e global e desempenhou um papel de grande importância, já que através dela se acompanhava, de forma crítica, todo o processo.

Em relação ao participante do PES, não se fazia uma avaliação, propriamente dita, mas o monitor era orientado para observar as possíveis mudanças de comportamento decorrentes do trabalho realizado junto à comunidade. Estas observações eram registradas e encaminhadas ao MOBREAL Central, possibilitando à equipe técnica, a própria avaliação do Programa.

Programa de Profissionalização

O Programa de Profissionalização foi gerado a partir da diversificação das atividades do MOBREAL, ocorrida durante o ano de 1973, com o objetivo de oferecer meios de ascensão sócio-econômica, através de informação e treinamento profissional, além de criar oportunidade para o concreto aproveitamento das potencialidades da clientela, considerando as condições do mercado de trabalho existentes nas diferentes regiões do país, orientando-se por três segmentos: testagem e orientação profissional, treinamento profissional e colocação no mercado de trabalho.

Para a consecução das atividades previstas pelo Programa, o MOBREAL teve como procedimento a assinatura de convênio com entidades públicas, empresas privadas, com experiência na área de profissionalização, além das Comissões Municipais.

A avaliação do aluno se fazia em função de dois critérios fundamentais: a frequência do aluno em torno de 70% das aulas ministradas e o resultado do aproveitamento do aluno observado em testes práticos, realizados ao longo do curso ou ao final deste.

A escolha do momento e do conteúdo destes testes práticos, na maioria das vezes, ficava a critério exclusivo do monitor. Procedimento este justificado, na medida em que o monitor era um profissional com formação específica de área, ao qual se poderia dar uma certa flexibilidade de ação.

Ao final do curso, o aluno considerado apto recebia um

atestado de conclusão, expedido pela entidade responsável pela execução do curso ministrado.

Programa Diversificado de Ação Comunitária — PRODAC

O Programa Diversificado de Ação Comunitária foi criado em 1974, com os objetivos de desenvolver um processo educativo centrado na solução de problemas concretos da comunidade, criar mecanismos para estimular e possibilitar a participação ativa da população em programas de desenvolvimento comunitário, além de viabilizar e/ou consolidar os programas do MOBRAL.

Para atingir estes objetivos, o Programa foi organizado em três etapas ligadas entre si: mobilização, organização de grupos e manutenção do trabalho.

Para o desenvolvimento das atividades do PRODAC, o MOBRAL conveniou com um grande número de entidades que desenvolviam programas na área social, de níveis nacional, regional ou estadual.

As informações encaminhadas pelas Coordenações sobre o desenvolvimento das atividades dos grupos de Ação Comunitária implantados possibilitavam analisar o nível de envolvimento comunitário destes grupos e, assim, avaliar o próprio desempenho do Programa nos municípios.

Programa Cultural

Criado no ano de 1973, o Programa Cultural, um dos meios de reforçar a ação do MOBRAL na área da Alfabetização, tinha como objetivo o apoio e estímulo às manifestações culturais locais. Além disso, o Programa configurou-se como fator de mobilização da clientela e divulgação da filosofia do MOBRAL em atividades dirigidas ao lazer, destinadas à comunidade em geral.

A avaliação no Programa Cultural era feita por meio de relatórios, viagens de assistência técnica, supervisão local, encontros de agentes culturais e na troca de correspondências entre o Centro Cultural e Agentes.

Constituíram-se, ainda, em fonte de realimentação do programa, os questionários distribuídos aos participantes das atividades culturais.

Outra fonte de avaliação do Programa configurou-se nos diversos concursos realizados pelo Centro Cultural que, além de fornecer subsídios para a avaliação do impacto do programa em termos da receptividade da clientela, constituíam-se em formas indiretas de avaliação do desempenho dos agentes culturais, enquanto divulgadores e executores do programa em seu estado/território.

1.3 Espaços institucionais da avaliação

Neste item, pretende-se fornecer uma visão dos espaços institucionais de avaliação no MOBRAL, bem como a sua produção e o modo como era utilizada. Estes espaços foram organicamente representados por áreas voltadas para a coleta de informações, avaliação e pesquisa propriamente ditas e acompanhamento global e específico das ações desenvolvidas pela Organização. Estas áreas configuravam-se como Sistema Integrado de Informações do MOBRAL (SIIMO), Subsistema de Supervisão Global (SUSUG), Gerências: Pedagógica (GEPED), de Profissionalização (GEPRO), de Educação para a Saúde (GEPES), de Ação Comunitária (GEPAC), Centro Cultural (CECUT) e Setor de Pesquisa (SEPES).

Num breve relato sobre as atribuições destas áreas se constata que a avaliação no MOBRAL é entendida como controle e acompanhamento e como avaliação propriamente dita.

Define-se como controle as informações mais voltadas para aspectos administrativos, tais como: dados referentes a acompanhamento de convênios e liberação de parcelas de pagamentos a alfabetizadores e agentes; como acompanhamento, as informações estreitamente vinculadas ao desenvolvimento dos programas educativos, tendo em vista a realimentação imediata dos mesmos, e avaliação como sendo os estudos e pesquisas realizados junto aos programas em desenvolvimento.

Sistema Integrado de Informações do MOBRAL — SIIMO

O SIIMO foi implantado em decorrência da transição de uma fase do MOBRAL, caracterizada por um estilo de campanha, para uma fase organizacional, utilizando-se de técnicas modernas de administração e gerência. Organizado com o propósito de prover a direção do MOBRAL, os órgãos controladores e os de planejamento com informações condensadas sobre todas as atividades do MOBRAL, com ênfase no acompanhamento do PAF (ROCHA, in CORRÊA, 1979). Assim, em 1973, a rede de produção de informações mecanizadas

eletronicamente atingia todos os municípios brasileiros. Vários exemplos poderiam ser citados para mostrar a eficácia do modelo quanto à operacionalidade do sistema; no entanto, muitos poderiam ser dados no sentido de mostrar a pouca eficiência do sistema, tendo em vista várias constatações de defasagem, por vezes muito elevada, das informações reais de campo com as registradas no sistema de informações.

Subsistema de Supervisão Global — SUSUG

Foi criado em 1972 para permitir um fluxo contínuo de controle de qualidade e tornar suficiente o acompanhamento e avaliação das atividades do MOBRAL. Entendendo-se por supervisão a avaliação constante e adequada dos objetivos propostos e dos meios para atingi-los, avaliação do que está sendo produzido, bem como orientação quanto ao uso dos meios, implicando portanto em diagnóstico e realimentação. Dentre os muitos objetivos específicos, o SUSUG foi concebido com a função de promover uma avaliação do MOBRAL para assegurar sua eficácia e eficiência (PEREIRA, in CORRÊA, 1979).

O modelo de avaliação foi proposto numa linha de comunicação ascendente, onde as informações relativas ao desempenho tanto do aluno como dos agentes dos programas em seus diversos níveis era obtido através do elemento mais próximo dentro do fluxo de supervisão (ex.: o aluno é avaliado pelo professor, este pelo supervisor local, que por sua vez é avaliado pelos supervisores de área, que é avaliado pelo supervisor estadual).

Gerências e Centro Cultural

As gerências responsáveis pela execução dos diversos programas, assim como o Centro Cultural, além de teoricamente contar com os serviços do SIIMO bem como com os do SUSUG para acompanhamento de suas atividades, também desenvolviam avaliação e acompanhamento das mesmas. Tanto assim que segundo o Manual de Administração do MOBRAL competia às Gerências e ao Centro Cultural dentre outras atividades, controlar, supervisionar e avaliar a execução dos Programas.

Setor de Pesquisa — SEPES

Criado em 1973, visando proporcionar ao MOBRAL uma estrutura

de pesquisa para avaliação dos resultados de seus diversos programas, bem como fundamentar as decisões do MOBRAL. Foram conferidas ao Setor de Pesquisa as atribuições de: promover, coordenar e realizar estudos, pesquisas e levantamentos de interesse do MOBRAL; prestar assistência aos demais setores da Instituição no levantamento de dados primários, adequando o sistema de coleta de informações, revendo procedimentos adotados e mecanismos de codificação e tabulação de dados; e coordenar o trabalho dos núcleos de pesquisa que viessem a ser criados a nível regional no sentido de se manter a unidade da política de pesquisa do MOBRAL Central. Ainda dentro da primeira atribuição competia ao setor de pesquisa: definir, junto aos demais órgãos do MOBRAL, as pesquisas consideradas prioritárias, determinar as áreas geográficas preferenciais para a testagem de instrumentos e metodologias, contactar pesquisadores e instituições para encomendar pesquisas específicas e intercambiar experiências, levantar bibliografias analíticas, cadastrar entidades de estudo e pesquisas sobre educação de adultos, analisar e interpretar dados secundários de diversas fontes e divulgar a relação das pesquisas, bem como financiar pesquisas referentes a monografias ou teses de mestrado e doutorado sobre assuntos de interesse do MOBRAL.

Estas atribuições do setor permaneceram praticamente inalteradas no período de 1973 a 1980.

A produção dentro dos espaços institucionais

No que se refere ao SIIMO no ano de 1974 era superior a vinte o número de subsistemas deste órgão (ex.: controle de convênio, controle financeiro de convênio, controle de material didático, controle de correspondência, cadastro de comissões municipais, composição do banco de dados, controle de projetos, subsistema de controle quantitativo e financeiro de convênios).

O principal módulo do SIIMO em 1978 era constituído pelo Subsistema de Controle Quantitativo e Financeiro de Convênios. Através deste subsistema se desenvolvia o controle e acompanhamento quantitativo dos diversos programas do MOBRAL. Dentre os objetivos específicos cabe destacar: cadastro de convênios, informações sobre recursos mobilizados junto à comunidade (alfabetizadores, agentes, espaços físicos para o desenvolvimento das ações do MOBRAL; controle do desenvolvimento do PAF (alunos matriculados, evadidos, aprovados e novas matrículas). Para tanto, utilizava-se de instrumentais de coleta das informações tais como boletins de informações de frequência, boletins de inclusão de

convênio e outras que permitiam o levantamento de um número significativo de variáveis.

Para o controle de cada programa iam sendo desenvolvidos novos módulos com base nas informações coletadas através de instrumentais específicos.

O acervo de informações coletadas se encontra em diversas modalidades de arquivo, sob a forma de relatórios descritivos, ou listagens de dados, destituídos de análise.

Quanto ao SUSUG foram criados instrumentais específicos que eram preenchidos a nível local e que dentro do próprio fluxo da supervisão iam sendo agregados até atingir um relatório a nível de estado que então era enviado ao Órgão Central, onde sofria agregação a nível nacional, constituindo-se assim num sistema de coleta de informações específicas e peculiares de supervisão tendo em vista a realimentação das ações do MOBRAL. Além de se utilizar de viagens de assistência técnica e encontros nacionais de Coordenadores Adjuntos que eram os responsáveis pelo subsistema a nível de estado. Os relatórios e demais documentos informativos do SUSUG se encontram no Setor de Documentação do MOBRAL.

As Gerências e o Centro Cultural realizavam o acompanhamento e avaliação através de instrumentais específicos de cada programa (questionários, formulários, relatórios com itens pré-estabelecidos) preenchidos pelos encarregados nos níveis descentralizados do MOBRAL, de encontros nacionais e estaduais de agentes, e de viagens de assistência técnica do MOBRAL Central aos estados e municípios.

Através das informações coletadas eram formulados planos de assistência técnica direta e indireta às Coordenações e municípios, bem como eram estabelecidas as diretrizes de ação prioritárias.

No que se refere ao Setor de Pesquisa, nos anos de 1973 e 1974 foi bastante abrangente o leque de pesquisas e estudos propostos tendo em vista o espaço formalmente criado para a avaliação das ações do MOBRAL. Dentre o rol destas atividades cabe mencionar as seguintes: avaliação do método de alfabetização do MOBRAL (sua eficiência e eficácia); elaboração de um modelo de avaliação econômica do MOBRAL; estudo da visão sistêmica do MOBRAL; estudo sobre as comissões municipais do MOBRAL; cadastro de estudos e entidades de pesquisa; análise dos dados coletados pelo SIIMO; compatibilização dos instrumentais de coleta de informações; determinação de modelo de amostra para avaliação

de programas de massa; estudo de follow-up do aluno do MOBRAL; pesquisas na área da lingüística e pesquisas específicas sobre as características psico-fisiológicas dos alunos, além da realização da "Sistematização das Pesquisas" que foi realizada sob um enfoque sistêmico tendo em vista sua objetividade (pesquisas utilizáveis), racionalidade (pesquisas logicamente coordenadas), econômica (pesquisas justificáveis) e dinamismo (planejamento e programação atualizados) partindo do princípio de que a pesquisa tem que visar à avaliação e tomada de decisões (MOBRAL/CETEP/SEPES, 1975).

No início do ano de 1975, houve mudança da administração do setor que representou um primeiro redimensionamento do espaço real da pesquisa, na medida em que alguns projetos que envolviam universidades não tiveram sequência (dentre estes o projeto de "Avaliação do Método MOBRAL") bem como outras propostas tais como: avaliação econômica do MOBRAL; cadastro de entidades de pesquisa e o projeto de sistematização das pesquisas. A ênfase das atividades da gestão que se iniciava recaiu sobre a análise dos dados do SIIMO, compatibilização dos instrumentais de coleta de informações do MOBRAL e as pesquisas voltadas para avaliação do produto final do Programa de Alfabetização.

A partir da constatação de defasagem de informações disponíveis no nível central e a realização das ações em campo foi acelerada a proposta de compatibilização de todos os instrumentais de coleta de informações, bem como uma nova proposta de processamento, visando agilizar a análise de dados que permitiriam a avaliação quantitativa da ação do MOBRAL. Entretanto, estas propostas não chegaram a ser implementadas.

Daí em diante, foram refeitos os contatos com as universidades e instituições de pesquisa, cujos trabalhos se davam mais numa linha acadêmica. Com certa frequência os temas de pesquisa eram definidos pelos próprios pesquisadores, sem uma discussão prévia junto às áreas executoras dos programas, incluindo-se nestas as pesquisas desenvolvidas como tese de mestrado com auxílio financeiro do MOBRAL. Deu-se continuidade às pesquisas de avaliação do produto final do Programa de Alfabetização (domínio de técnicas de leitura, escrita e cálculo).

Cabe destacar que de acordo com a programação do SEPES para 1978 a ênfase se achava novamente voltada para a avaliação dos diversos programas do MOBRAL, propondo inclusive um levantamento junto às áreas executoras dos programas para definir temas prioritários de pesquisa. Esta consulta foi feita através de um formulário que não teve retorno significativo. Portanto, o próprio corpo

técnico do SEPES continuou a decidir sobre sua programação. Com uma preocupação maior sobre a avaliação das ações do MOBRL, o órgão de pesquisa obteve aprovação da Instituição para a consultoria de um perito da UNESCO objetivando elaborar um "Plano de Avaliação Global do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRL". Por ocasião desta consultoria, em função de razões institucionais, não foi assegurada pelo MOBRL a possibilidade de, num trabalho conjunto, elaborar o referido plano, fato este que levou o perito da UNESCO à elaboração de um documento por ele assinado sob a denominação de "Algumas Sugestões Relativas à Avaliação Global do Programa de Alfabetização Funcional do MOBRL". O SEPES, além de dar continuidade às pesquisas em andamento estabeleceu sua programação para o ano de 1979, atingindo mais de quinze propostas, cuja maioria foi concluída nos anos de 1980 ou seguintes.

A partir de 1979, áreas executoras de programas começaram a solicitar ao SEPES estudos e pesquisas sobre seu programa, com base nos dados coletados pelos diversos órgãos responsáveis pelo controle e acompanhamento, inclusive os da própria gerência. Por outro lado, o Centro Cultural solicitou assessoria técnica para a realização de estudos avaliativos e caracterização da clientela envolvida.

Por ocasião da realização dos estudos com base nos dados do SIIMO (Estudos sobre o Programa de Autodidatismo, Educação Integrada e Alfabetização Funcional pela TV) foram detectados problemas referentes à qualidade das informações usadas. Voltando, assim, à sugestão do SEPES de um trabalho conjunto SEPES e SIIMO com os demais órgãos do MOBRL para a elaboração de um "Plano de Informações do MOBRL", com o objetivo de cobrir toda a avaliação quantitativa do MOBRL.

Considerando os estudos propostos, que efetivamente foram realizados atinge-se uma produção superior a 60 pesquisas, constantes do acervo do MOBRL, no Setor de Documentação. Para a realização das pesquisas foram utilizados os métodos qualitativos e quantitativos de investigação. A produção do Setor de Pesquisa pode ser agrupada em seis grandes categorias temáticas: processo ensino/aprendizagem; lingüística; institucional, interrelacionamento da variável educação com as variáveis sociais: trabalho, saúde, cultura, língua; e educação pré-escolar (1).

A produção dos quatro primeiros anos da área de pesquisa concentra-se basicamente nos problemas relativos ao processo ensino/aprendizagem. É a partir de 1978 que as questões sobre representações simbólicas das camadas populares

(1) Em 1980 por delegação do MEC o MOBRL atua também na faixa etária de 4 a 6 anos.

frente à educação em si e frente à relação entre educação e trabalho, começam a ser investigadas.

Os estudos de lingüística se achavam presentes nas programações anuais do SEPES no período de 1973 à 1980. Alguns destes estudos, somados aos de avaliação do produto final do PAF, geraram reflexões sobre a língua portuguesa, uma vez que a norma culta da língua portuguesa, na realidade, corresponde a um código que uma parcela pouco significativa da população detém.

Hoje, já podemos dizer que ela é símbolo de "status", fator de diferenciação e não de integração social... Este problema, que a princípio pode parecer de caráter muito teórico, na realidade, é fundamental. As avaliações realizadas, até o ano de 1978, sobre o desempenho do aluno no código escrito, basearam-se de um modo geral, na norma culta. Admite-se, em princípio, que o aluno seja alfabetizado por um elemento da comunidade, que, na realidade, também não detém a norma culta. Entretanto, ao ser avaliado "cientificamente, o aluno é instado a ter um desempenho correspondente às regras da norma culta" (GOES in AVELAR, 1983).

A utilização dos resultados

A utilização das informações obtidas através das diferentes sistemáticas de controle e acompanhamento dos diversos programas, se dava na medida em que subsidiavam a formulação das atividades de assistência técnica às Coordenações e municípios, bem como para a determinação das prioridades em cada programa.

Com relação à pesquisa é insignificante a utilização dos resultados. Todos os relatórios eram divulgados internamente no setor e quando publicados, enviados a entidades de pesquisas, Secretarias de Educação dos Estados, Coordenações Estaduais do MOBRAL e pesquisadores externos que pudessem manifestar interesse em conhecer o estudo. Todavia não se tem maiores informações sobre a utilização dos mesmos.

1.4 O papel da Avaliação no Discurso Oficial do MOBRAL

Feitas as devidas demarcações do período da história do MOBRAL, considerado para o diagnóstico do comportamento da avaliação no Órgão, partiu-se para identificar e recolher na literatura oficial da Fundação indicações sobre o pensamento da administração central a respeito da própria

linha de ação do Movimento e da natureza dos procedimentos de avaliação em um programa de Educação de Adultos.

Foram relacionadas três fontes para análise:

- artigo de Mario Henrique Simonsen, primeiro administrador do MOBRAL, publicado em 1973, na revista Educação do Ministério da Educação e Cultura: "O MOBRAL E OS UTOPISTAS".
- artigo de Arlindo Lopes Corrêa, segundo administrador do MOBRAL, publicado na mesma revista e no mesmo ano, "MOBRAL, REALIZAÇÕES E PERSPECTIVAS".
- artigo de Arlindo Lopes Corrêa, MOBRAL — PEDAGOGIA DOS HOMENS LIVRES, constante do Livro Educação de Massa e Ação Comunitária, publicado pelo MOBRAL, em 1979.

Na primeira fonte considerada para análise, Simonsen alertava para a importância do exercício intelectual da crítica sem alternativas, referindo-se ao volume e à natureza destas críticas do MOBRAL, dissociadas de outras estratégias para abordagem da questão do analfabetismo no Brasil.

"Na base dessas críticas, parece-me residir a incompreensão de que há uma profunda diferença entre alfabetizar 100 pessoas e alfabetizar 2 milhões de indivíduos. Imaginemos que se queira alfabetizar 100 adultos. Com louvável desvelo trataremos, em primeiro lugar, de encontrar salas de aula bem equipadas, bem iluminadas e dotadas dos mais modernos recursos audiovisuais. Em seguida, de recrutar umas cinco alfabetizadoras, bem treinadas, comunicativas, e com a necessária acuidade psicológica para compreender as dificuldades do analfabeto. Por último, de selecionar professores especializados que, após a alfabetização, irão ministrar os cursos de treinamento profissional, com estágios práticos em empresas que logo a seguir garantirão o emprego dos 100 felizardos.

Quanto custará cada alfabetizado? Talvez, digamos, 5 mil cruzeiros. Mas o custo unitário não assusta. Afinal, são apenas 100 alunos. O total são quinhentos mil cruzeiros, que podem facilmente ser cobertos com meia dúzia de beneméritos.

Mas... se ao invés de 100, quisermos alfabetizar 2 milhões de adultos por ano? Aí a coisa se complica. Primeiro surge o problema dos recursos. A 5 mil cruzeiros por aluno, teríamos uma despesa anual de 10 bilhões de cruzeiros. Isto é quase tanto quanto o total das despesas da União,

dos Estados e Municípios com toda a educação primária, secundária e universitária.

Mas o dinheiro não seria o único problema. Ao invés de 5, precisaríamos de 100 mil professores eruditos, comunicativos e compreensivos. De outras tantas salas de aula bem equipadas e iluminadas. E assim por diante. Onde encontrar tudo isso? Então, no desespero, cruzaríamos os braços dizendo: é impossível. E desistiríamos de alfabetizar milhões de brasileiros". (SIMONSEN, 1973, p. 53 e 54).

Simonsen, também aponta as diferenças entre experiências educativas de laboratório e experiências em larga escala.

"Em suma, é preciso compreender que, quando se passa de uma experiência de laboratório para uma operação em larga escala, torna-se necessária uma mudança radical de atitudes. A experiência de laboratório pretende atingir a perfeição qualitativa sem a preocupação da quantidade: como tal, não importa se os custos unitários são altos, nem se a natureza oferece em vasta quantidade os materiais usados na experiência. Na operação de grande escala temos que olhar atentamente para os custos unitários — se eles forem altos, a operação não se realiza por falta de recursos financeiros — e para a sua viabilidade logística, sem o que o programa fracassa por impossibilidade física". (SIMONSEN, 1973, p. 54).

Nos trechos abaixo, evidencia-se o pensamento de Simonsen sobre a avaliação em programas de larga escala.

"É claro que uma operação que precisa enfrentar essas duas preocupações — a da viabilidade logística e a dos custos unitários reduzidos — tem que aceitar uma série de imperfeições inadmissíveis numa experiência de laboratório. Há um inevitável coeficiente de insucessos e, se nos torturarmos com a sua existência, só teremos uma saída: desistir de qualquer operação de larga escala. Na realidade, só há um meio sensato de se avaliar um programa desse tipo e que consiste em verificar: a) se, descontadas as perdas, o saldo dos casos bem sucedidos alcança as metas programadas; b) se, também, levado em conta o coeficiente de perdas, o custo unitário se contém dentro de limites razoáveis. É essa a filosofia do MOBREAL". (SIMONSEN, 1973, p. 54).

"Não sei como avaliar um programa de larga escala a não ser com base nas estatísticas. Estas mostram um saldo

bastante positivo para o MOBRAL como a redução da percentagem de analfabetismo adulto de 33% em 1970 para 26% em princípios de 1973, o declínio do próprio número absoluto de analfabetos, não obstante a explosão demográfica — o que representa fato inédito em nossa história. As observações casuísticas são úteis para que sintamos as dificuldades do programa, e para que nos certifiquemos de que as estatísticas são bem coletadas. Mas, isto feito, são os números que atestam ou desmerecem a validade do programa. Os que criticam o apego dos dirigentes do MOBRAL à estatística devem estar tentando calcular a população brasileira e o produto nacional com base em impressões casuísticas". (SIMONSEN, 1973, p: 57).

Corrêa, no artigo "MOBRAL: Realizações e Perspectivas", afirma que "O MOBRAL vive cotidianamente sob o "stress" da criação e da realização. É dessa tensão positiva que se nutre a instituição: é dela que emana o já conhecido Ritmo - MOBRAL, avassalador, que usa de maneira bastante adequada a flexibilidade de que a organização dispõe, associada ao gênio inventivo e improvisador do homem brasileiro". (CORRÊA, 1973, p. 64).

Desta colocação pode-se fazer algumas inferências quanto às linhas de ação do próprio Órgão. A referência ao "Ritmo MOBRAL" ilustra o espírito de uma organização voltada para o agir, para o fazer.

Ainda em Corrêa, "MOBRAL — Pedagogia dos Homens Livres" encontram-se citações relacionadas ao pensamento deste administrador, quanto aos caminhos tomados na execução das tarefas do Órgão.

"Para executar suas tarefas, o MOBRAL quase sempre, optou pelo método de "ensaio e erro", rejeitando freqüentemente a experimentação. O método de "ensaio e erro" é preferível porque tem um compromisso com a realidade, desenrola-se dentro das condições normais e defronta-se com os obstáculos usuais da operação no universo a que se refere. O experimento, na área social, tem sido geralmente uma fuga diante do problema real. É comum que não se unam condições ideais para a sua realização: condições que não poderão ser reproduzidas ao se tentar expandir o experimento para o universo a atingir". (CORRÊA, 1973, p. 26 e 27).

A questão do tempo dos experimentos também aparece nas considerações de Corrêa.

"É também corriqueiro que os experimentos gastem tanto

tempo que ao seu término; já as condições iniciais para as quais foram projetadas estejam tão alteradas, que disseminá-los seria um risco tão grande quanto aquele em que se incorreria sem realizar experimentação. O experimento é, geralmente, um alibi para não fazer; o ensaio e erro é desde logo, um compromisso com a solução do problema". (CORREA, 1973, p. 27).

A opção preferencial pelo "ensaio e erro" tem sido baseada "no discernimento e no nível técnico" da equipe de trabalho. Não deixaram de ocorrer experimentos, mas, segundo Corrêa, evitando-se os equívocos tradicionais destes procedimentos e a prática de uma originalidade desnecessária.

1.5 Representações sobre avaliação no MOBRAL

Conforme já especificado na introdução a este documento a realização de entrevistas junto ao corpo técnico do MOBRAL objetivou subsidiar, através da memória viva da Instituição, a elaboração do diagnóstico da avaliação no MOBRAL.

O tratamento dado ao depoimento dos entrevistados sobre a avaliação no MOBRAL obedeceu a uma categorização proposta por Alkin et alii (1979), num esforço de maior aproximação do parâmetro da avaliação e de seus usos, categorização esta já citada no Capítulo II.

O papel da avaliação

Nos depoimentos dos entrevistados, o ponto mais recorrente em termos do papel da avaliação no MOBRAL foi aquele que atribuiu a este procedimento um papel secundário dentro da organização.

Utilizando a categorização proposta por Alkin et alii, este papel secundário decorria, segundo os depoentes, de limites de avaliação pré-existent e de fatores extra organizacionais e organizacionais.

Entre os limites contextuais anteriores ao exercício avaliativo, configuravam-se a própria linha de trabalho do MOBRAL, prioritariamente voltada para a ação e a natureza do que seria objeto de avaliação no MOBRAL: uma ação educativa de caráter de massa junto a adultos.

"Não se conseguiu até hoje, no MOBRAL uma linha de avaliação de programas de Educação de Adultos; no entanto, essa linha tem que ser buscada e construída junto àqueles que desenvolvem o Programa".

"O MOBREAL é muito voltado para ação. A avaliação é uma crítica e, como tal, pode apontar resultados tanto favoráveis, como desfavoráveis e contrários à ação que se desenvolve".

"Posso afirmar que o grande limite da avaliação se traduziu na dificuldade de se estabelecer uma metodologia própria e adequada a um Movimento que se propunha a atender no menor espaço de tempo, o maior número possível de pessoas, garantindo o máximo de qualidade viável, diante de uma realidade tão carente".

"Não havia uma preocupação predominante e sistemática com a avaliação no MOBREAL, uma vez que a ideologia informal imperante era a de que mais vale investir no processo do que na avaliação".

"A idéia de que o MOBREAL progrediria na base do ensaio e erro não abria espaço para o estabelecimento de um modelo de avaliação formal e cientificamente elaborado, mesmo porque não era este o objetivo da Instituição. É necessário ter presente que um modelo de avaliação de programa de massa terá suas especificidades, apesar de achar que deve ser buscado".

Entre os fatores extra organizacionais condicionadores da prática avaliativa dentro do MOBREAL, estariam, na visão dos entrevistados, as injunções políticas do próprio Órgão, em termos de sua vinculação e relacionamento com as demais agências estatais e internacionais.

"O compromisso político da Instituição e a urgência na tomada de decisões impediam que se adotasse uma postura de espera dos resultados das avaliações para só então desencadear a ação. No entanto, mesmo quando havia espaço para a absorção dos resultados, isso não acontecia. Existiu muita dificuldade de conjugar objetivos políticos e educacionais".

"O MOBREAL não estava isolado de um contexto: existia pressão internacional, no sentido de que a educação deveria ser um direito das populações. Em função dessas premissas, a avaliação foi prejudicada, uma vez que o comprometimento com as metas estabelecidas fazia com que os grandes números se justificassem por si mesmos. Além disso, acreditava-se que a verba destinada à avaliação seria melhor aplicada na ação".

"O MOBREAL, sobretudo nos primeiros anos de sua existência, foi caracterizado por um otimismo contagiante, reflexo de

um momento histórico em que se acreditava no "milagre" econômico. A visão predominante era a de que a educação seria o instrumento capaz de proporcionar o engajamento das parcelas despossuídas do terceiro mundo. O MOBREAL, órgão diretamente responsável por essas parcelas, implantou as suas ações dentro de um clima otimista, que preconizava a íntima relação entre educação e desenvolvimento. Havia tanta coisa a fazer que nos primeiros anos talvez não se tenha sentido a necessidade de buscar feedback numa avaliação formal, complexa. O próprio campo dava respostas que satisfaziam. Apesar de que havia um esforço de avaliação sistemática dentro da GEPEd, por exemplo".

Apesar deste papel secundário, a avaliação, segundo alguns depoimentos, se constituiu numa preocupação constante no MOBREAL, conforme atestam os relatos a seguir reproduzidos.

"Sempre, no MOBREAL, existiu preocupação com a avaliação, o que pode ser visto em documentos e em projetos. A avaliação sempre foi muito formalizada, embora não tenha se consubstanciado na prática".

"Apesar da avaliação não ter sido uma preocupação institucional, ela sempre ocorreu".

"Na realidade, a Instituição não pecou pela falta de informação, uma vez que, ao longo de sua trajetória, a coleta de dados sempre constituiu um procedimento das Gerências e sim pela falta de análise desses dados".

"Embora, a nível institucional, a avaliação fosse pouco enfatizada, a nível do corpo técnico, a avaliação era contemplada como um procedimento importante e necessário".

"Desde o início, havia preocupação com a avaliação, mas nesse tempo não havia preocupação em se escrever as coisas. Havia um contato direto com o campo, e se podia observar mudanças nas pessoas, em termos de maior integração comunitária. Essas mudanças, também, eram percebidas".

"A preocupação com a avaliação, apesar das falhas, desempenhou um papel muito importante. Hoje se fala com reservas e críticas sobre avaliação no MOBREAL, mas não se pode esquecer que sempre houve um esforço, uma preocupação real com a avaliação em todos os Programas".

Entre os fatores organizacionais presentes na questão da avaliação no MOBREAL, dois aspectos são imediatamente identificados no depoimento dos entrevistados: o primeiro deles diz respeito a disposições institucionais específicas, aqui configuradas como a atividade avaliativa delegada a

várias áreas ou diluída em ações de natureza semelhante como controle e acompanhamento; o segundo aspecto relaciona-se à influência de outras fontes de informações disponíveis aos usuários, representada pela possibilidade de acesso a informações geradas pela área de controle e acompanhamento, além de subsídios oferecidos por fontes informais de avaliação, constantes da prática de trabalho da Instituição, como Encontros Nacionais de Agentes, relatórios de atividades de campo, entre outros.

"A avaliação no Programa Cultural sempre foi feita de uma forma empírica: a avaliação sempre teve um caráter de acompanhamento, o que foi um procedimento adotado desde o início do Programa, e nesse procedimento estaria o segredo do sucesso do Programa".

"Os Encontros de Agentes e Encarregados Culturais, a troca de correspondência com os mesmos, eventos, tais como concursos sobre ecologia ou patrimônio foram formas de avaliação do desempenho dos agentes".

"A avaliação assumiu no MOBRL um caráter empírico, construindo-se à medida que as ações se desenvolviam e sempre constituiu um ponto de referência à reformulação dos programas".

"A avaliação orientou-se, inicialmente, para o controle da ação da Instituição (abrangência e caracterização da clientela) e não, propriamente, com a avaliação do processo educativo: avaliação e controle eram, inicialmente, muito confundidos — os mesmos instrumentos eram usados para duas finalidades".

"Vários exemplos poderiam ser dados para comprovar a preocupação institucional com a questão da avaliação. No entanto, o mais significativo deles me parece ter sido a opção e decisão pela criação do Sistema de Supervisão Global que trazia em seu bojo a prática permanente da avaliação".

"A avaliação no MOBRL se confunde com acompanhamento e se dilui dentro desse procedimento, não tendo a ênfase necessária".

Utilização dos resultados da avaliação para reformulação das ações educativas ou para proposta de novas ações.

Os depoimentos apresentam pontos recorrentes, predominantemente, no que diz respeito à pouca ou nenhuma utilização dos

resultados de avaliações para reformulação e propostas de novas ações educativas.

"Quase nada produzido pela área de pesquisa foi absorvido pela Instituição".

"A absorção dos resultados da pesquisa é muito pequena".

"As pesquisas, embora dirigidas aos programas do MOBRAL, não dão retorno: os resultados ficam perdidos, não são absorvidos".

"Os resultados das pesquisas não são incorporados ao discurso da organização".

Recorrendo-se à categorização proposta por Alkin et alii, é possível identificar nos depoimentos dos entrevistados sobre as causas da não utilização dos resultados as seguintes categorias: limites de avaliação pré-existentes, fatores organizacionais, fatores extra-organizacionais, abordagem do avaliador, conteúdo e relatório da informação.

Assim, para um grupo de entrevistados, as razões da pouca ou nenhuma utilização dos resultados das avaliações, têm relação com limites de avaliação pré-existentes, afetos ao próprio papel da avaliação dentro da Instituição e a sua linha prioritária de ação.

"A utilização dos resultados não constitui uma coisa simples e isto se torna mais difícil de se dar na prática, quando institucionalmente, não é dada importância a avaliação".

"A demanda da Instituição sempre enfatizou o lado operacional. Exatamente por isso o interesse pela pesquisa, por parte do corpo técnico da Instituição, não evoluiu, não sendo, portanto, os seus resultados absorvidos pelos executores dos Programas".

"Essa pouca absorção pode estar relacionada a muitos motivos tais como: pouca preocupação em divulgar os resultados, dificuldade de entendimento devido, muitas vezes, à linguagem utilizada, pouca possibilidade de tempo da área executora para leitura dos relatórios".

A abordagem do avaliador é colocada como uma das variáveis presentes na questão da utilização dos resultados da avaliação.

Esta abordagem incluiria a maneira do avaliador se definir

quanto a: a) uso de um modelo formal de avaliação; b) definição do esquema de pesquisa e análise; c) definição e caracterização do papel que estabelece para si mesmo e para o público; c) condução das tarefas de avaliação. Dois fatores seriam ainda importantes nesta categoria: o papel do avaliador usando o seu conhecimento e experiência para utilização de procedimentos adequados, criando estilos e modelos próprios de avaliação e a interação entre o relacionamento pessoal e/ou profissional entre avaliadores e usuários.

A maneira com que estas definições vêm sendo feitas é vista pelos entrevistados do seguinte modo:

"Deve ser efetuado um esforço de articulação entre as áreas executoras e de pesquisa. Através de debates, muitos temas de pesquisa poderiam ser definidos, bem como muitas pesquisas e projetos poderiam ser desenvolvidos a partir dos resultados obtidos pela avaliação e pela pesquisa".

"Deveria se partir para uma linha de avaliação participativa com a clientela e com o usuário, a nível da Instituição".

"A avaliação deve permear todas as atividades da Instituição não constituindo, portanto, atividade exclusiva de um setor específico".

"A partir de consultas a resultados de pesquisa, muitas propostas de trabalho poderiam ser elaboradas".

"O Setor de Pesquisa distanciou-se, gradativamente, passando a eleger temas e objetos de pesquisa não ligados diretamente às ações desenvolvidas pela Instituição".

Pode-se depreender destes depoimentos que a forma de definição quanto aos modelos de avaliação, esquemas de pesquisa e análise, não correspondiam, segundo os entrevistados, às expectativas dos grupos e à prática da Instituição.

Outro ponto recorrente na fala dos depoentes relaciona-se à natureza problemática do interrelacionamento entre as áreas de pesquisa e a área executora, conforme é possível constatar a seguir:

"A convivência entre o Setor de Pesquisa e as áreas executoras foi caracterizado por uma certa distância".

"A convivência entre as áreas executoras e o Setor de Pesquisa foi caracterizada pela dificuldade de articulação".

"Havia uma subcultura na organização que encarava o Setor de Pesquisa como um grupo que estava nos "astrais". Por outro lado, o Setor de Pesquisa cultivava essa imagem, evitando, assim, ser contaminado pelo ativismo imperante no MOBRAL".

As razões das dificuldades deste interrelacionamento estariam localizadas, segundo alguns entrevistados, no próprio papel institucionalmente conferido à avaliação e, ainda, na filosofia do próprio MOBRAL, explicitamente voltada para a ação.

"As avaliações desenvolvidas pela Instituição sempre enfatizaram o produto e não o processo, Esse tipo de procedimento se estendia desde a cúpula até a base".

"A não realização de avaliações ou as lacunas existentes nessa área têm a ver, possivelmente, com uma grande preocupação em desenvolver ações, detectar problemas e agir. A organização sempre esteve envolvida no afã de fazer".

A dificuldade deste interrelacionamento também aparece localizada em questões afetas à área executora.

"dificuldade na incorporação de resultados que contrariavam a estrutura básica dos projetos";

"ausência de hábito de estudo a nível do corpo técnico da Instituição e ausência de estímulo a essa prática";

"dificuldade de interpretação dos dados da pesquisa e de retirada das informações de maior interesse";

"a avaliação era tendenciosa, uma vez que não havia isenção do corpo técnico diante dos resultados obtidos. As falhas detectadas eram usualmente atribuídas à má operacionalização dos Programas. A essência desses resultados dificilmente era discutida";

"as falhas apontadas nos Programas, normalmente, eram encaradas como críticas pessoais".

E também em questões afetas à área de pesquisa, mais especificamente relacionadas à credibilidade nos resultados da avaliação e duração dos estudos.

"Havia uma reserva em relação ao "discurso" da área de pesquisa x o discurso das áreas executoras. Além disso, era depositada pouca credibilidade na representatividade das amostras das pesquisas".

"Existia uma grande morosidade no desenvolvimento das pesquisas, talvez por descrédito quanto à utilização dos resultados".

Fatores relacionados aos conteúdos e ao relatório de informações também aparecem influenciando negativamente o interrelacionamento das áreas executoras e de pesquisa e os decorrentes problemas na utilização dos resultados das avaliações produzidas.

"a execução dos relatórios de pesquisa, cujas informações relevantes, muitas vezes, os usuários não sabiam retirar"

"a insuficiente exploração das recomendações existentes nas pesquisas"

"a divulgação das pesquisas no MOBRAL é muito precária. O acesso a essas pesquisas é eventual".

Apesar dos pontos mais recorrentes nos depoimentos incidirem na questão da pouca ou nenhuma utilização dos resultados de avaliações no MOBRAL, para um grupo de entrevistados houve efetivamente este aproveitamento, conforme pode ser visto a seguir:

"A avaliação e a utilização dos seus resultados estão intimamente relacionadas com aspectos institucionais e políticos. Mesmo assim os Programas não deixaram de ser reformulados a partir de resultados obtidos na avaliação".

"A transferência dos resultados das pesquisas para as áreas executoras foi muito menos problemática do que se imagina (a GEPEP, a GEPES e a GEPRO aproveitaram alguns desses resultados. O único problema foi a pressão que se exerceu quando da mudança de objetivos do MOBRAL). O problema foi muito mais organizacional que metodológico. As pressões inviabilizaram a interiorização desses resultados, muitas propostas foram abortadas, por absoluta falta de tempo para leitura e análise. As questões estavam mais a nível da concepção das propostas que na utilização dos resultados da avaliação. As propostas eram concebidas sem muita fundamentação teórica e, na hora da avaliação, o que se queria era justificar".

"A avaliação construída a partir dos dados quantitativos e dos relatórios das Coordenações procurou, ao longo do

desenvolvimento dos programas, corrigir os seus rumos, na medida em que as falhas eram detectadas. A avaliação era orientada para a ação e tinha um caráter imediatista, desenvolvendo-se ao longo do processo".

"Os resultados das pesquisas Subsídios para Avaliação do PAF, na Região Nordeste e Sudeste, que mostraram as aspirações profissionais da clientela foram incorporados pela Gerência, na determinação das prioridades de cursos profissionalizantes..."

Uma das dimensões da utilização dos resultados de avaliações estaria na forma de devolução destes resultados às populações envolvidas.

Observando os depoimentos relativos a esta devolução constata-se que esta questão permite dois tipos de desdobramento.

Um conjunto de depoimentos situa a devolução dos resultados enquanto apresentação de resultados de questionários e pesquisas às populações observadas. Dentro desta perspectiva, este tipo de procedimento, salvo raras exceções, não ocorreu ao longo da avaliação desenvolvida no MCBRAL.

"Não houve devolução dos resultados das pesquisas às populações".

"Os resultados das pesquisas nunca foram devolvidos às populações, à exceção de uma pesquisa realizada na favela da Rocinha. Para a realização desta pesquisa alguns compromissos foram assumidos e os envolvidos exigiram a devolução dos resultados".

Neste contexto, os depoimentos contestam a simples devolução dos resultados, afirmando que esta deve pressupor uma discussão crítica entre os elementos envolvidos no sentido de, a partir da análise dos resultados obtidos, serem encontradas alternativas de atuação sobre a realidade existente.

"A devolução das pesquisas às populações é muito importante, desde que essa devolução seja trabalhada, porque, pelo contrário, teria o mesmo significado da não devolução. A socialização da informação é importante, mas é preciso saber como fazer essa socialização".

Um outro bloco de depoimentos, ao encarar a devolução de resultados sob a ótica de devolução em forma de ação, afirma que este tipo de procedimento sempre ocorreu, na medida em que os resultados das avaliações eram utilizados nas reformulações dos programas.

"No que se refere à devolução dos resultados às populações envolvidas, estes foram devolvidos em forma de ação ao longo da prática avaliativa".

"A devolução dos resultados às populações envolvidas, se deu sob forma de modificações nos programas, quando neles eram verificadas inadequações. Além disso, o surgimento da maior parte dos programas do MOBRAI foi uma resposta do MOBRAI Central ao feedback vindo do campo".

Análise das contradições
presentes nos discursos

População
envolvida
V. Lino

CAPÍTULO IV

DIAGNÓSTICO DO COMPORTAMENTO DA AVALIAÇÃO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO MOBREAL (período de 1970-1980)

O diagnóstico do comportamento da avaliação nos programas de Educação de Adultos do MOBREAL foi feito com base nas seguintes categorias: a concepção oficial de um programa educativo de caráter de massa e da avaliação neste contexto; os fundamentos da proposta educativa do MOBREAL, a avaliação nos programas educativos, os espaços institucionais de avaliação, a produção dentro destes espaços, a difusão e a utilização dos resultados das avaliações para reformulação ou proposta de novas ações educativas. Embora estas categorias sejam analisadas isoladamente, elas guardam uma interrelação que deve ser preservada em qualquer análise.

O papel da avaliação nos programas de Educação de Adultos do MOBREAL foi um papel secundário. Esta avaliação, além de realizada no interior mesmo destes programas, foi formalizada em espaços institucionais distintos, tomando o significado de controle, acompanhamento e avaliação propriamente dita. Dentro destas dimensões, e apesar de não padronizada, a avaliação sempre se constitui numa prática na Organização.

Este papel secundário se deu em níveis diferentes, na medida em que, quando tido como controle e acompanhamento, foi objeto de maior importância que o da avaliação propriamente dita.

O que pode ser explicado pelo fato das áreas executoras dos programas deterem maior poder de decisão sobre a ação que o da área da pesquisa e avaliação.

O comportamento da avaliação nos Programas de Educação de Adultos no MOBREAL pode ser visto como um reflexo da concepção oficial de um programa educativo de caráter de massa e da avaliação em programas desta natureza, o que foi constatado tanto na análise do discurso oficial sobre avaliação, quanto nos depoimentos da memória viva do MOBREAL.

De acordo com tal concepção, somente uma ação em larga escala poderia fazer frente ao quadro alarmante do analfabetismo no país e, por ser uma ação assim caracterizada, não se via outra alternativa para sua avaliação, que não fosse uma análise baseada em estatísticas.

Neste ponto vale retomar ainda que dentro da ótica oficial, o método do ensaio e erro era tido como mais adequado para

informar a tomada de decisões do que experimentos desenvolvidos sob condições ideais e não reais.

A prioridade atribuída à ação, por sua vez, estava relacionada com as finalidades de criação do próprio Órgão, ou seja, à erradicação do analfabetismo e à estruturação de um Sistema de Educação Continuada.

Esta visão acabou por imprimir um estilo organizacional, nitidamente orientado para a execução e implementação de ações educativas, reservando à avaliação, enquanto tal, um papel secundário.

Esta afirmativa é também respaldada pelos depoimentos dos entrevistados, conforme apresentado anteriormente.

A partir das três conotações de avaliação existentes no MOBRAL pode-se afirmar que a avaliação nos Programas de Educação de Adultos, ao longo destes 10 (dez) anos, foi predominantemente orientada por informações de caráter quantitativo geradas pelo Sistema Integrado de Informações do MOBRAL, embora com a concorrência também de informações advindas do Subsistema de Supervisão Global, das áreas executoras e da área de pesquisa.

Ao se recorrer à documentação oficial da Instituição, a apresentação dos resultados da ação desenvolvida é essencialmente pautada em indicadores numéricos.

A avaliação no interior das ações educativas tomou feições peculiares à natureza de cada uma destas ações: assim, programas com um maior nível de comprometimento com terminalidade e equivalência a graus de ensino do sistema formal de educação (PAF e PEI), tiveram propostas avaliativas pautadas em objetivos terminais e em registros formais de conclusão dos cursos, programas de natureza predominantemente não formal e informal, comportaram modelos alternativos de avaliação pautados nas próprias ações desenvolvidas nestas áreas. Alguns exemplos tais como as publicações Ervas Medicinais, Receitas Culinárias, Concurso Poetas do MOBRAL podem ilustrar este aspecto, na medida em que constituíram-se em formas de avaliação da receptividade da clientela do MOBRAL em relação às ações culturais desenvolvidas, além de se contar também, como fontes de avaliação, com depoimentos e correspondências vindas do campo.

De um modo geral, a avaliação no interior dos programas foi problemática devido a fatores da seguinte ordem: linha de formulação dos objetivos do programa, forma e conteúdos da abordagem e registro da avaliação, tratamento da avaliação nas atividades de qualificação dos agentes de campo.

Quanto à questão dos objetivos, pode-se dizer que os mesmos, na sua maioria, foram elaborados de forma abrangente e pouco precisa para permitir sua mensuração e, ainda, sem especificações sobre os resultados pretendidos e sobre os níveis de seu alcance.

A título de exemplo, abaixo são transcritos três dos objetivos do PAF:

. OBJETIVO GERAL: "O PAF visa conduzir a pessoa humana a adquirir as técnicas de leitura, escrita e cálculo, como meio para integrá-la à sua comunidade, permitindo a obtenção de melhores condições de vida".

. UM DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS: "formar hábitos e atitudes positivas em relação ao trabalho".

. UM DOS OBJETIVOS TERMINAIS: "escrever textos e frases com sentido completo".

A formulação destes objetivos dá margem às seguintes indagações:

. qual o significado de integrar o indivíduo à comunidade? Que melhores condições de vida seriam estas?

. qual o grau de complexidade e o rigor ortográfico nestes textos e frases?

O espaço destinado à abordagem da avaliação, na maioria dos projetos dos programas, foi restrito em relação aos demais aspectos abordados. Outro ponto extremamente crítico, na prática avaliativa no interior dos programas de Educação de Adultos, foi a precária instrumentalização dos agentes responsáveis pela administração da avaliação nestes programas. Tal constatação é confirmada através de pesquisas realizadas pelo SEPEs e através dos depoimentos dos entrevistados. As pesquisas "Estudo Exploratório sobre os Critérios de Avaliação do Alfabetizador no Estado do Maranhão" e "Avaliação do Desempenho do Aluno do Programa de Alfabetização Funcional no 5º mês no Estado de São Paulo" levaram a constatação de que os alfabetizadores adotam critérios diversos para considerarem seus alunos alfabetizados. Estes critérios vão desde saber escrever o nome, até ler, escrever e fazer as quatro operações. O fato dos agentes dos programas não se encontrarem suficientemente preparados para analisar, foi um ponto recorrente na visão dos depoentes sobre a avaliação no MOBREAL. Esse fato é atribuído à pouca qualificação desses recursos humanos e à pouca ênfase dada a avaliação nos treinamentos.

Se houve avaliação no interior dos programas de Educação de Adultos, não chegou a existir tal procedimento a nível da própria proposta educativa geradora destes programas. Ou

seja, o modelo de Educação Permanente, informador das ações desencadeadas não foi alvo de uma ação avaliativa. A filosofia do próprio MOBRAL, traduzida no seu projeto político, econômico, cultural e social tomada como marco teórico dos programas desenvolvidos não chegou ser revista no período de tempo considerado nesta análise.

Pretende-se agora fazer uma apreciação dos espaços institucionalmente destinados à avaliação no MOBRAL e da problemática configurada nesta área.

Não obstante o papel secundário atribuído à avaliação no MOBRAL, o fato da criação de uma área voltada para avaliação e pesquisa poderia ser visto como um indicador da preocupação existente com ações desta natureza.

No entanto, a área de pesquisa foi uma área cujos trabalhos não foram desenvolvidos num continuum, devido à incompatibilidade entre a linha de abordagem das pesquisas e os interesses mais emergentes da administração do MOBRAL. Embora configurada como um espaço institucional aberto à produção científica, o apoio dado pela organização à área de pesquisa não correspondia ao espaço oficializado para sua existência. Assim, ao se percorrer o conteúdo normativo da área de pesquisa, inicialmente definido, depara-se com uma significativa abrangência de propostas que, se de fato encaminhadas, dariam conta de uma aproximação maior das questões substanciais da proposta de Educação de Adultos do MOBRAL. Sobre este aspecto alguns exemplos podem ser citados:

Dentro das normas do SEPES, cabia ao Setor prestar assessoria aos demais Setores do MOBRAL em relação ao levantamento e tratamento de informações sobre os programas. A fim de cumprir esta atribuição, o SEPES elaborou, junto às áreas executoras, o Plano de Compatibilização de Informações bem como uma proposta de processamento eletrônico e análise das mesmas, sem que, no entanto, conseguisse a implementação destas propostas.

Na linha de realização de pesquisas junto às Universidades, o Instituto de Estudos Avançados em Educação - IESAE, da Fundação Getúlio Vargas, elaborou, por solicitação do MOBRAL, um projeto de pesquisa denominado "Avaliação do Método MOBRAL no Vale Médio - Inferior da Paraíba do Sul", que não foi executado.

No ano de 1979, a convite do MOBRAL, contou-se com a consultoria de um perito da UNESCO, especialista em avaliação, com a finalidade de elaborar um Plano Global de Avaliação do Programa de Alfabetização do MOBRAL, que, no entanto, não chegou a acontecer, ficando este reduzido, a algumas sugestões para a avaliação do Programa, devido a interesses mais emergentes da Organização.

As avaliações dos Programas de Educação de Adultos desenvolvidas pela área de pesquisa, buscavam aprofundar a própria proposta destes Programas, ainda que tomados como unidades isoladas. Estas avaliações e pesquisas incidiram sobre aspectos substantivos das ações em curso, como por exemplo: o acompanhamento dos rumos tomados pelos egressos do PAF, as representações da clientela do PAF sobre educação, os critérios utilizados pelo alfabetizador para consolidar o aluno alfabetizado, e outros.

Cabe levantar agora um dos aspectos mais controversos na prática avaliativa dentro do MOBRAL que é a questão da difusão e utilização dos resultados da avaliação no curso da ação educativa.

A controvérsia se instala, de início, na própria concepção de avaliação. Se tomada como controle e acompanhamento, os resultados destas ações foram de imediato incorporados à prática, sob a forma de realimentação das atividades em desenvolvimento. Se tomada como avaliação propriamente dita, estes resultados foram muito pouco absorvidos, não gerando intervenções substanciais nas ações em curso.

Isto pode ser comprovado, por exemplo através das Pesquisas "Subsídios para Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional na Região Nordeste - 1975", e "Região Sudeste - 1976" que constataram que os alunos, ao término do curso de alfabetização, não dominavam os preceitos mínimos de leitura, escrita e cálculo, previstos no decálogo. No entanto, os resultados destas pesquisas não chegaram a ser considerados, no sentido de repensar o próprio Programa quanto à instrumentalização, criando-se discussões em torno da qualidade dos testes utilizados para aferir estas habilidades, como também dos próprios critérios adotados para a correção dos mesmos, entre outras.

Depoimentos diversos de técnicos da Organização, conforme já apresentados no item "Representações sobre Avaliação no MOBRAL", vêm, também, ratificar esta afirmação.

Esta pouca ou nenhuma absorção dos resultados das avaliações e pesquisas relacionou-se, essencialmente, com a própria natureza do trabalho do MOBRAL. O ritmo de trabalho, a constante mobilização para a ação, a necessidade da tomada de decisões de caráter imediato, foram fatores que contribuíram para a falta de um espaço destinado à reflexão sobre o produto de investigações e de recomendações relativas às propostas em andamento.

Outro conjunto de fatores também influenciou na configuração deste fato: temas de pesquisa distanciados da prática do

MOBRAL, morosidade na apresentação dos resultados dos estudos, forma de apresentação destes resultados, muitas vezes na modalidade de densos relatórios, pouca circulação deste material, além do uso de uma linguagem própria a trabalhos desta natureza, porém distanciada daquele grupo de profissionais não atuantes na área da pesquisa e avaliação.

O subsistema de supervisão global (SUSUG) foi outro espaço destinado à avaliação das ações educativas desenvolvidas no MOBRAL. Esta avaliação no SUSUG assumiu o caráter de acompanhamento, situando-se como uma das funções atribuídas ao supervisor, ao lado das demais funções de planejamento, capacitação e acompanhamento propriamente dito.

A estruturação de um sistema de supervisão global, nos moldes do SUSUG, pode ser vista como uma das alternativas mais convenientes a programas educativos em larga escala, principalmente em se tratando de países de extensas áreas geográficas como o Brasil. No caso MOBRAL, este subsistema foi o grande catalizador das informações quantitativas e qualitativas sobre o desenvolvimento dos programas, atuando como canal de circulação destes dados entre os níveis administrativos do MOBRAL.

Nas funções atribuídas ao supervisor, aquelas voltadas para a capacitação e acompanhamento foram as privilegiadas, em termos de maior concentração de esforços destes elementos. Convém destacar que este aspecto encontra-se ligado intimamente a fatores de ordem organizacional que comprometem o trabalho efetuado pelo SUSUG, na medida em que se detecta a tendência de um acúmulo de funções administrativas que sobrepujam as funções de planejamento e avaliação.

Soma-se a este contexto a convivência entre SUSUG, lideranças locais e COMUN e as injunções políticas dela decorrentes que provavelmente interferem no processo avaliativo.

A dimensão avaliativa da função supervisora acabou se diluindo na própria atividade de acompanhamento. O trabalho do SUSUG, permitia a realimentação imediata da ação desenvolvida pelo MOBRAL, o que vinha ao encontro da própria linha de trabalho da Organização.

Convém também destacar que a apreensão desta realidade pelos supervisores também pode ser questionada do ponto de vista das diferentes percepções destes elementos, desprovidos de um instrumento específico para este fim. Porém, por maior que tenha sido o nível de subjetividade, o recolhimento in loco, de informações sobre o acontecimento das propostas educativas, acaba conferindo um grau significativo de conhecimento e experiência a estes elementos.

O Sistema Integrado de Informações do MOBRAL (SIIMO) foi, a maior fonte geradora de subsídios para avaliação do próprio Órgão e das ações de Educação de Adultos desenvolvidas.

Voltando à questão de que, segundo a versão oficial, a avaliação de programas em larga escala, só poderia se dar a partir de dados estatísticos, que seriam os números a atestar ou contestar o sucesso do Programa, a área de informações do MOBRAL talvez tenha sido uma das que mais apoio institucional recebeu.

Os limites referentes ao SIIMO podem ser traduzidos na qualidade do preenchimento dos instrumentais, na demora da devolução dos mesmos e no acúmulo de informações solicitadas, através de grande número de instrumentais provenientes de todos os municípios do país, além da análise de apenas algumas das variáveis coletadas.

O problema maior parece ter residido na falta de articulação adequada entre as áreas de controle, acompanhamento e avaliação propriamente dita. Num programa de caráter de massa é indiscutível a necessidade de um sistema de informação e controle, acompanhamento e avaliação, pautado em níveis de eficácia e eficiência suficientes para dar conta do volume de trabalho gerado por uma ação a nível nacional. Por este motivo, a problemática maior parece ter se instalado no fluxo de interrelacionamento destas três áreas do que propriamente no interior das mesmas, embora cada uma possa ter tido problemas específicos.

O presente diagnóstico, como já foi dito anteriormente, não trabalhou exaustivamente as variáveis consideradas, quer por não ter incluído outras variáveis e ainda por não ter aprofundado o interrelacionamento entre os aspectos políticos, institucionais, organizacionais, pedagógicos, técnicos e administrativos, num exercício que pudesse dar conta de caracterizar e qualificar o ambiente social das ações desenvolvidas e a mútua influência existente neste âmbito.

CAPÍTULO V

SITUAÇÃO ATUAL NO MOBRAL E PERSPECTIVAS (período 1981-1983)

Em termos gerais, a estrutura básica do MOBRAL permanece inalterada.

As mudanças ocorridas, sobretudo a nível de MOBRAL Central, não "afetaram as funções permanentes da Instituição, que são a Alfabetização Funcional, a Educação Continuada de adolescentes e adultos e a difusão sistemática de ações de saúde, higiene e alimentação" (Proposta de Reorganização, grupo de Trabalho Portaria nº 688 de 07/12/1982 p. 2 mimeo).

As mudanças operadas, a partir do ano de 1981, visaram a adequar a estrutura organizacional da Fundação às diretrizes estabelecidas pelo MOBRAL traduzidas, fundamentalmente, no fortalecimento das Comissões Municipais, na melhoria do atendimento às ações para educação de adultos e adolescentes, com enfoque na participação das comunidades, através do diagnóstico de suas necessidades específicas e no apoio às iniciativas descentralizadas.

Com base nos resultados do Censo Demográfico de 1980, que demonstram a existência de um elevado índice de analfabetismo no país e de uma baixa taxa de escolarização nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, sobretudo, nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e em consonância com a diretriz de descentralização do MOBRAL, serão desenvolvidos a partir de 1983 os Planos Estaduais de Educação de Adultos.

Tais Planos visam ao estabelecimento junto às Secretarias de Educação, de linhas de ação intimamente relacionadas com a especificidade sócio-cultural e econômica de cada Unidade da Federação.

Situação Atual dos Programas de Educação de Adultos do MOBRAL

Atualmente, os princípios básicos da Organização, em termos dos Programas, são trabalhados a partir da definição do MOBRAL como um Órgão de educação voltado, prioritariamente, para a Educação Supletiva e a Educação Pré-Escolar.

Com a Educação Supletiva, especificamente, tenciona-se consolidar uma proposta que, iniciando-se pela alfabetização,

tenha terminalidade equivalente à quarta série do primeiro grau.

Ambas as propostas de Educação Supletiva e de Educação Pré-Escolar serão operacionalizadas através de Projetos Nacionais e/ou Projetos Específicos.

Entende-se por Projetos Nacionais, aqueles que tomam como base as características genéricas do país e são construídos de forma a poderem ser aplicados nos diferentes contextos que compõem a realidade brasileira. Os Projetos Específicos ou Locais, por sua vez, são aqueles que tomam como base as características próprias a um determinado contexto para, a partir destas, desenvolver uma ação específica, que foge ao parâmetro nacional da proposta.

São os seguintes os Projetos Nacionais:

Projeto de Alfabetização Funcional — PAF

Anteriormente, com uma duração de 5 meses, o PAF tem, atualmente, duração de 6 a 10 meses. Tem como objetivo a alfabetização de adolescentes e adultos, não se detendo, apenas, ao ensino de conteúdos ligados às técnicas de ler, escrever e calcular, mas se propõe a incluir conteúdos da própria vida do alfabetizando, voltados para a área da profissão, trabalho, saúde, alimentação, participação na comunidade, condições de sua vida e de sua comunidade.

Segundo as diretrizes para 1983, a avaliação do PAF permanece a mesma, com a continuidade dos procedimentos de avaliação ao longo do processo pelo alfabetizador, além de se sugerir uma avaliação final, tendo em vista o alcance dos objetivos terminais do Projeto.

Projeto de Educação Integrada — PEI

Com a carga horária total de 720h, o PEI visa proporcionar aos participantes os conteúdos básicos relativos às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, além de informações para o trabalho, tendo em vista o desempenho em ocupações que requeiram conhecimentos ao nível das séries mencionadas.

Tal como no PAF, as diretrizes de avaliação, basicamente, permanecem as mesmas, reforçando o acompanhamento e

avaliação através das atividades de supervisão do MOBRAL e das entidades envolvidas.

Projeto de Autodidatismo — PAD

A partir de 1983, o PAD não dispõe de monitor gratificado pelo MOBRAL para a realização de suas atividades. Sendo assim, a continuidade do atendimento aos alunos inscritos deverá ocorrer de acordo com a sistemática própria de cada Coordenação/Comissão Municipal.

Existem, no entanto, outras possibilidades de operacionalização do Projeto, tais como a utilização do PAD para a capacitação de professores leigos e de agentes do MOBRAL.

A partir daí, a avaliação no Projeto será diversificada, de acordo com as novas formas de operacionalização que forem adotadas.

Projeto de Educação para o Trabalho — PETRA

Com uma carga horária de 40 a 80 horas por curso, o PETRA pretende disseminar técnicas simples e de utilização imediata, ligadas à economia de subsistência.

Em termos de avaliação, permanecem as mesmas orientações previstas e já discriminadas anteriormente, no Capítulo III.

Ações de Articulação com Entidades de Treinamento Profissional

Estas ações destinam-se, exclusivamente, a alunos e ex-alunos do PAF e PEI, cabendo à entidade de treinamento profissional, com a qual o MOBRAL firma convênio, a responsabilidade pela definição das características básicas dos cursos ministrados, assim como os procedimentos avaliatórios a serem adotados.

Cabe ainda informar que ações relativas à Educação Supletiva e à Educação Prê-Escolar poderão ser tratadas, também, como Projetos Específicos ou Sociais, desde que apresentem características próprias de uma dada realidade. Além destas ações, são consideradas exclusivamente Específicas ou Sociais as Ações de Saúde e de Desenvolvimento Cultural, que procurarão, respectivamente, atender as necessidades de saúde e possibilitar as manifestações culturais de determinadas localidades.

Para os Projetos Específicos ou Locais não haverá um modelo único de avaliação, variando segundo as características da própria ação a ser desencadeada.

Além dos Projetos Nacionais e Específicos ou Locais, a Organização prevê a possibilidade de propostas experimentais que se constituam em alternativa para as propostas existentes.

Atualmente, surge, como mais uma alternativa oferecida pelo MOBRAL na área de Educação para o Trabalho, o Projeto Experimental de Oficinas Comunitárias de Treinamento e Produção de Bens e Serviços que vem sendo desenvolvido, desde março de 1982, com término previsto para outubro de 1983.

Projeto de Oficinas Comunitárias de Treinamento e Produção de Bens e Serviços.

O Projeto objetiva, basicamente, preparar sua clientela para o desempenho de ocupações profissionais, possibilitar o desenvolvimento de grupos para a produção e comercialização de bens e serviços, incentivar a autonomia dos grupos formados, estimular o surgimento ou fortalecimento de formas comunitárias representativas para a administração do processo educativo iniciado, além de pretender contribuir para a melhoria dos níveis de emprego e vida da população, especialmente da clientela do MOBRAL.

Atendendo às necessidades e interesses da população beneficiada, vêm sendo realizados cursos sobre as ocupações de corte e costura, carpinteiro de cercas e telhados, ferreiro soldador, pedreiro básico, instalador elétrico, olericultura e fruticultura, produção de doces caseiros, produção de laticínios, conservação do solo, colheita e armazenagem, pulverização, tratos culturais, bovinocultura.

Os cursos, que têm duração variada, conforme a natureza da ocupação, visam, além de oferecer os conteúdos profissionais, orientar e abrir discussão, entre os participantes, a respeito dos vários modos de produção/organização e comercialização, sob formas associativas de trabalho.

A avaliação no Projeto de Oficinas Comunitárias de Treinamento e Produção de Bens e Serviços.

A avaliação neste Projeto visa, principalmente, observar a formação e consolidação dos grupos de produção e

comercialização das oficinas comunitárias, em função do atingimento dos objetivos pretendidos, tanto pelo MOBRAL quanto pela clientela participante.

Na avaliação, busca-se privilegiar uma abordagem de cunho participativo, combinada à utilização das técnicas antropológicas de observação participante e entrevista aberta e à caracterização de perfil da clientela e de contexto.

Cabe destacar que a situação atual dos Projetos citados anteriormente — PAF, PEI, PAD, PETRA e Ações de Articulação com entidades de Treinamento Profissional — resulta de uma avaliação desenvolvida pelo MOBRAL, no ano de 1982.

Essa avaliação se constitui no primeiro passo de uma tentativa de se pensar global e criticamente a proposta de Educação de Adultos em andamento. Os resultados obtidos levariam a reformulações no interior dos projetos e estão subsidiando a construção de uma nova proposta de educação de adultos.

Dentro da linha de propostas integradas com outras entidades, convém lembrar, também, a realização de Convênios Especiais, entre os quais podemos citar:

- . Projeto de Ação Conjunta MOBRAL/CEME (Central de Medicamentos), que objetiva a realização de um trabalho assistencial e sócio-educativo junto à população carente sobre a importância de noções elementares de saúde, higiene, alimentação e a obtenção e utilização de medicamentos fornecidos pelo Governo através da CEME. Este Projeto está, atualmente, em andamento nos Estados do Pará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraíba e Pernambuco;

- . Projeto de Ação Conjunta MOBRAL/Associação Educacional DIEDRO para Desenvolvimento de Atividades de Alfabetização, Ensino Individualizado e Ensino com Monitoria Equivalente às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, que visa oferecer oportunidades de estudo àqueles que desejem ampliar seus conhecimentos ao nível da alfabetização e das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, numa linha de ensino individualizado e com monitoria;

- . Subprojeto de Ação Conjunta MOBRAL/Prefeitura Municipal de Teresina, referente ao Projeto CPM — Cidade de Porte Médio, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações sócio-educativas, junto à população carente da periferia de Teresina, para a melhoria de suas condições habitacionais, compreendendo os aspectos de mobilização, participação comunitária, educação sanitária, associativismo, etc.

Em se tratando de Convênios Especiais, a avaliação terá procedimentos distintos, de acordo com a especificidade das ações desenvolvidas.

Controle e Acompanhamento dos Projetos do MOBRAL

O controle e o acompanhamento dos Projetos do MOBRAL vêm sendo desenvolvidos, atualmente, por diversos setores da organização, tais como:

Sistema de Controle de Programas (SICOP), um dos subsistemas do Plano Diretor de Informática desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados (DIPRO), que registra informações de caráter quantitativo, tais como: número de alunos conveniados, matriculados, convênios firmados, recursos alocados aos projetos.

Subsistema de Supervisão Global (SUSUG), que, perdendo a sua representação a nível Central, permaneceu com os mesmos objetivos, funções e características já descritas, nos níveis Estadual e Municipal;

Plano de Ação Integrada (PAI) que, apesar de ser um instrumento voltado, prioritariamente, para o planejamento, contém informações capazes de fornecer subsídios para avaliações de caráter quantitativo e qualitativo;

Relatório Único Global (RUG), que, sendo um instrumento básico de acompanhamento e avaliação da estratégia das Coordenações, configura-se em relatórios abertos, elaborados pelas próprias Coordenações, dos quais podem ser extraídas informações de caráter qualitativo e quantitativo.

Situação atual da pesquisa e avaliação

Com a reestruturação organizacional do MOBRAI Central, implantada no início deste ano, o Setor de Pesquisa passou a ser denominado Divisão de Avaliação, Métodos e Pesquisa (DIAMP).

Mantendo as atribuições já mencionadas no Capítulo III, cabe, também à DIAMP subsidiar o estabelecimento das linhas gerais de desenvolvimento dos programas e projetos educacionais do MOBRAI, seja através de pesquisas, através de estudos de novos métodos e processos passíveis de serem utilizados ou através da avaliação sistemática dos programas e projetos.

Nos últimos anos, tem-se vislumbrado uma abertura e interesse crescentes, tanto técnico quanto institucional, em se conferir às atividades de pesquisa e avaliação uma sistematicidade maior.

A experiência prática nas áreas de pesquisa e avaliação conduziram à opção por se trabalhar "através da utilização predominante de métodos qualitativos, com ênfase na

modalidade participativa. Não se pretende, com tal opção, negligenciar os modelos quantitativos, mas utilizá-los, de forma associada aos modelos qualitativos sempre que se fizer necessário. Vale dizer, sempre que o objeto avaliado e/ou pesquisado os tornarem pertinentes" (AVELAR, in, Diretrizes Gerais de Atuação da DIAMP, 1983, p. 14).

A operacionalização dos trabalhos de avaliação e pesquisa deverá estar estreitamente relacionada às diretrizes de ação do MOBREAL. Para a avaliação dos Projetos Nacionais pretende-se coletar dados de natureza amostral, que possam delinear a situação de cada um dos projetos nas Unidades Federadas. Tal registro não pretenderá contemplar apenas uma visão numérica da situação dos projetos, mas deverá englobar também a partir de instrumentais específicos, a descrição de dados qualitativos tais como: procedência dos alunos, critérios de aprovação, problemas apresentados pelos participantes e outros.

Os Projetos Específicos ou Locais e Experimentais terão sua avaliação gerada simultaneamente à concepção das propostas, privilegiando-se os modelos qualitativos de avaliação, com ênfase na vertente participativa.

Dentre as diversas pesquisas em andamento, cabe mencionar:

"Avaliação do Programa de Alfabetização Funcional — 1983" que objetiva identificar a congruência ou não entre as suas diretrizes e a sua prática, verificar como se dão a apropriação e o repasse nos diversos níveis, através da capacitação, verificar o rendimento pedagógico do alfabetizador e aluno e, ainda, se a proposta atendeu às expectativas da clientela;

"A Situação da Avaliação dos Programas/Projetos de Educação de Adultos no Brasil", que visa criar um cadastro das Instituições, em âmbito nacional, que desenvolvem programas/projetos na área de Educação de Adultos e dos tipos e modalidades de avaliações produzidas pelas mesmas;

"Avaliação do Cultural", objetivando diagnosticar o estágio atual das Ações de Desenvolvimento Cultural, refletir sobre as possibilidades e limitações da continuidade e desenvolvimento das mesmas, traçar linhas de ação para o 1º semestre de 1984 e buscar estabelecer um plano de acompanhamento e avaliação;

"Articulação da Educação Escolar e Extra-Escolar — O Caso MOBREAL", desenvolvida a partir de um acordo MEC/MOBREAL/IIPE — Instituto Internacional de Planejamento Educacional — UNESCO, com o objetivo de estudar a experiência do MOBREAL relativa à articulação entre Educação Escolar e Extra-Escolar

no contexto brasileiro.

Além das pesquisas e avaliações já em andamento na DIAMP, cabe mencionar, ainda, uma proposta sugerida pelo Departamento de Operações do MOBREAL sobre prováveis causas do analfabetismo no Brasil, e que se acha em fase preliminar de elaboração.

Tal estudo utilizará dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados referentes à ação do MOBREAL nos municípios brasileiros ao longo dos 13 anos de sua ação e dados sobre a Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

Objetivando, especificamente, determinar as causas prováveis do analfabetismo, por região, serão levadas em conta variáveis tais como: a questão fundiária, a participação dos municípios na renda por eles produzida e a distribuição de serviços.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

O presente estudo, pretendendo enfocar a controversa questão da pesquisa e das avaliações em Programas de Educação de Adultos, culminou por levantar um conjunto de inquietações sobre a própria natureza das propostas educacionais.

Assim, a situação da avaliação e da pesquisa nos Programas de Educação de Adultos desenvolvidos pelo MOBREAL circunscreve-se na problemática maior, anterior a tais procedimentos, traduzidos na própria proposta de Educação de Adultos e no contexto maior, social, econômico e político, em que ela se situa.

Por esta e por outras razões, identificadas no contexto mesmo da Instituição, o comportamento da avaliação e da pesquisa no MOBREAL pode ser qualificado, hoje, como uma prática ainda à procura de formas e alternativas de aperfeiçoamento.

Por um lado, a intenção de se caminhar, não só na área de avaliação e de pesquisa em Educação de Adultos mas até na redefinição da proposta educacional em si mesma se encontra favorecida pelas reflexões e reposicionamento dos marcos teóricos da proposta educativa do MOBREAL. Afinal, decorrida mais de uma década de sua existência, é tempo de se repensar à luz do momento político e sócio-econômico atual.

Por outro lado, a tentativa de maior aproximação das diferentes realidades culturais que circunscrevem a ação do MOBREAL, traduzida por uma linha de trabalho de crescente descentralização das ações educativas, deverá gerar propostas de Educação de Adultos cada vez mais delineadas pelos contornos próprios da realidade de cada região de onde as ações emergem. Tal tendência deverá implicar em que a linha de avaliação e pesquisa dessas ações assuma características tão diferenciadas quanto as ações em si mesmas.

Outras ações se identificam hoje como suporte para a diretriz de descentralização dos programas educativos do MOBREAL. Entre elas, podem ser citadas: a proposta de Planos Estaduais de Educação, que objetiva a realização de Planos de Educação de Adultos com base em parâmetros de trabalho estreitamente correlacionados com a realidade sócio-cultural e econômica de cada Estado da Federação; as linhas orientadoras do trabalho na área de pesquisa do

MOBRAL, que atribuem especial ênfase às formas mais participativas de avaliação e pesquisa; e, ainda, em destaque, o projeto de cooperação técnica desta área junto aos níveis de administração descentralizada do Órgão, que visa a assessorar as Coordenações Estaduais, no que diz respeito a técnicas e procedimentos em avaliação e pesquisa, bem como na elaboração e na execução de pesquisas e avaliações dos programas/projetos e atividades.

No entanto, este conjunto de iniciativas que sugere uma nova perspectiva em termos de pesquisa e avaliação no MOBRAL, é processo ainda em desencadeamento, e, portanto, não chega a alterar qualitativamente o diagnóstico dos procedimentos de avaliação e pesquisa na Instituição.

Atualmente, existem indicações de que estes procedimentos tendem a ocupar os espaços principais da Instituição. Mas ainda não foram removidos ou minimizados os problemas que dificultam esta prática no MOBRAL. Ou seja, permanece a necessidade emergente da revisão teórica dos pressupostos da proposta educativa do MOBRAL, do redimensionamento do papel e das estratégias de pesquisa e avaliação desta própria proposta e das ações que lhe dão corpo. Há que se buscar, ainda, o estabelecimento de formas adequadas de convivência entre informações avaliativas geradas por produções científicas e formas alternativas de avaliação, a adoção de mecanismos facilitadores do interrelacionamento entre as áreas de planejamento e controle, execução, acompanhamento e avaliação; e de mecanismos igualmente otimizadores da difusão e utilização dos resultados da avaliação.

Acrescente-se a este quadro a necessidade de se questionar se hoje, nas propostas de Educação de Adultos, a participação das populações envolvidas se delineia tal como parece ser a tendência atual da avaliação e pesquisa nesta área.

Finalmente, cabe ressaltar a importância de se avaliar a própria linha de avaliação adotada pelo MOBRAL, de modo a garantir maior alcance na visibilidade pública das ações de Educação de Adultos em desenvolvimento.

CAPÍTULO VII

ALTERNATIVAS PARA PESQUISA E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Considerando a natureza das questões levantadas no presente trabalho, é possível apresentar algumas alternativas para a problemática da pesquisa e avaliação em Educação de Adultos, a nível das agências promotoras desta proposta e a nível dos próprios programas.

1 - A Nível das Agências Educativas:

Pesquisa de Avaliação

Dentro das Ciências Sociais, uma área de estudo que tem merecido atenção é a do estudo da política pública, de programas governamentais.

A crescente intervenção na realidade, através de programas voltados para a solução de problemas sociais, a necessidade da legitimação destes programas sociais pela própria sociedade e o reconhecimento da imprescindibilidade da contribuição do conhecimento científico à resolução destes problemas, são fatores que têm levado a avaliação destes programas a ser cada dia mais revestida de um caráter científico. Este procedimento tem na literatura especializada o nome de pesquisa de avaliação.

"A pesquisa de avaliação consiste em imprimir padrões científicos à atividade de avaliação de programas, fazendo com que esta seja desenvolvida através de um projeto de pesquisa que formule hipóteses e inclua instrumentos adequados de mensuração, e que estabeleça conceitos úteis e unidades de análise". (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 5)

A proposição de tal alternativa para avaliação do desempenho de organizações e do resultado de políticas e programas que desenvolvem se baseia na premissa de que há uma influência mútua entre o ambiente onde as ações de Educação de Adultos são desencadeadas e estas próprias ações.

Lima Júnior (1978) apresenta um Projeto de Pesquisa de Avaliação que, em linhas gerais, se propõe a lançar as bases iniciais da reflexão que consiste, exatamente, em, a partir de uma conceituação do que seja a pesquisa de avaliação, estabelecer alguns parâmetros, retomados sistematicamente nos capítulos subseqüentes, delineando três conjuntos básicos de questões: o papel da teoria científica e conceitos básicos da pesquisa, questões metodológicas e a dimensão política da avaliação.

O capítulo que aborda "O Objeto de Estudo da Pesquisa de Avaliação — pretende ser um mapa, um levantamento mais ou menos organizado das questões referentes à unidade de análise: organizações, políticas e programas. Definições, objetivos e critérios da pesquisa de avaliação constituem-se em sua matéria-prima apontando, no entanto, para a diversidade de persuasões, por assim dizer, que permeiam a literatura".

A Política e a Metodologia da Pesquisa: Abordagens Correntes e Propostas Alternativas, e um capítulo que visa dois objetivos básicos: estabelecer uma distinção entre política e metodologia da pesquisa e revisar criticamente as abordagens metodológicas de uso corrente, e algumas propostas alternativas, que permeiam a literatura, particularmente, quando se faz a avaliação da avaliação.

Em seguida se dá sequência às indagações metodológicas porém, dentro de uma ética ligeiramente diferente: não se trata, agora, de identificar modelos ou abordagens, mas sim de uma tentativa de resposta à seguinte questão: diante de abordagens diferentes, como optar por uma ou outra? O argumento desenvolvido pretende mostrar que as alternativas de uso corrente bem como as críticas já levantadas não são necessariamente excludentes, pelo contrário, privilegiam dimensões específicas do mundo da ação. A proposta que se apresenta consiste, exatamente, em fornecer alguns parâmetros e critérios metodológicos gerais que permitam a integração metodológica dos modelos e abordagens produzidos até o momento; trata-se de proposta bastante ambiciosa, porém não se pretende dar uma resposta definitiva, ou exaurir a discussão dos pontos controversos.

Finalmente, é discutido de forma mais sistemática o significado político da pesquisa de avaliação, privilegiando dimensões tais como a diversidade de papéis sociais envolvidos no curso de investigação, de públicos e clientela diversas e, sobretudo, do conflito de valores que permeia qualquer indagação científica sobre o mundo da ação, sobre a intervenção na realidade social.

A criação de núcleos regionais de pesquisa

A criação de núcleos regionais de pesquisa é uma alternativa que se aplica em situações organizacionais onde estas áreas se encontram centralizadas.

Dentro das normas da área de pesquisa, emanadas em 1973, constava a criação de núcleos regionais de pesquisa, o que não chegou a se viabilizar no MOBREAL.

Considerando a crescente linha de descentralização em que o MOBRAL vem atuando e a tendência do Programa de Educação de Adultos assumir contornos próprios a cada área de desenvolvimento, vale ratificar a sugestão de que a nível de cada Unidade da Federação ou região, sejam criados núcleos de pesquisa voltados para investigações sobre as questões substanciais das propostas educativas no contexto mais imediato em que elas se desenvolvem.

2 - A Nível dos Programas de Educação de Adultos

Sistema de monitoria e avaliação para programa de Educação de Adultos

Se a necessidade de implementação de sistemas eficazes de avaliação em ações de Educação de Adultos é hoje universalmente reconhecida, também é neste âmbito reconhecida a dificuldade de implementação deste sistema.

No Seminário Internacional de Alfabetização — IIPE/UNESCO sobre o Planejamento e a Implementação de Estratégias de Alfabetização e Pós-Alfabetização realizado em Madras, Índia em 1982, Ravindra H. Dave apresentou a proposta de um Sistema de Avaliação e Monitoria de Programas de Alfabetização e Pós-Alfabetização.

A proposta defende um sistema com funções múltiplas, implicando na definição de aspectos básicos como a clarificação do campo de avaliação, definição e abrangência da avaliação, definição e abrangência da monitoria e esquema abrangente para o planejamento da avaliação e da monitoria.

Esta proposição pressupõe a existência de uma rede de recursos humanos que possa operar o sistema de monitoria e avaliação proposta.

Outro aspecto é que a construção deste sistema fica a cargo de cada organização ou grupo promotor da ação educativa. Assim, este sistema funcionaria como um sistema matricial.

A adoção de tal proposta no interior de um programa de Educação de Adultos depende do contexto organizacional onde este Programa se desenvolve.

Além das pesquisas e avaliações já em andamento na DIAMP, cabe lembrar ainda a proposta sugerida pelo Departamento de Operações do MOBRAL, a descrita anteriormente sobre prováveis causas do analfabetismo no Brasil, e que se acha em fase preliminar de elaboração.

CAPÍTULO VIII

RECOMENDAÇÕES

As recomendações que se seguem, são baseadas na apreciação da situação atual da pesquisa e da avaliação em Educação de Adultos, em termos, principalmente, dos obstáculos presentes nesta prática.

Estas recomendações são colocadas em dois níveis: recomendações de caráter geral e portanto passíveis de consideração por todas as agências e grupos promotores de ações de Educação de Adultos; e de caráter específico, no caso, restritas ao MOBREAL e ao modo com que essas ações se configuram nesta Instituição.

1. Recomendações/Pesquisa e Avaliação nos Programas de Educação de Adultos.

A pesquisa e a avaliação na Educação de Adultos devem:

- . se configurar no próprio contexto político e sócio-econômico que as circunscrevem;
- . abranger todo o processo desta Educação, desde os marcos teóricos que a informam, atingindo os procedimentos operacionais que a viabilizam;
- . tomar como marcos referenciais o contexto organizacional público ou privado agenciador desta educação e contexto social onde ela se insere;
- . a partir do contexto organizacional e social em que se insere, comportar modelos tradicionais e alternativos de pesquisa e avaliação, em níveis de administração centralizada e descentralizada desta prática;
- . considerar o modo com que estes procedimentos são formalizados e operados institucionalmente;
- . como a própria Educação de Adultos, incorporar abordagens facilitadoras de crescente níveis de participação das populações envolvidas;
- . enquanto abordagens e técnicas específicas, ser repassadas e circuladas às equipes de outros níveis administrativos, caso existam;
- . ser desenvolvidas, não apenas no âmbito da própria Instituição, mas encomendadas a outros organismos especializados na sociedade;
- . ter seus resultados divulgados a nível dos usuários

internos e clientela e a nível dos segmentos organizados da sociedade, de formas acessíveis à leitura e análise por grupos leigos na área da produção científica;

. adotar, no interior dos programas que abrangem, formas diferenciadas de avaliação de acordo com a natureza mesmo destes programas, buscando preservar, a nível destas avaliações, princípios orientadores da própria concepção de avaliação, desde que todas as modalidades estejam integradas em um plano técnico de avaliação;

. ser dimensionadas como atividades prioritárias e interrelacionadas às atividades de planejamento e implementação de ações educativas;

. ser orientadas pela intenção de aperfeiçoamento das ações em curso e de informação à própria sociedade onde se operam estas ações dos rumos tomados pelas mesmas;

. criar mecanismos capazes de fornecer informações de caráter qualitativo e quantitativo com o grau máximo de confiabilidade e objetividade;

. ter como referencial uma definição clara e precisa da amplitude dos programas, dos seus objetivos específicos, bem como dos resultados pretendidos no sentido de facilitar o processo avaliativo;

. contar com um trabalho junto às diversas instâncias das entidades educacionais que vise a desmistificar o caráter punitivo e ameaçador, comumente atribuído à avaliação;

. ter como base a identificação das variáveis críticas a serem observadas, de acordo com a natureza e abrangência dos programas.

2. Recomendações/Sugestões Específicas — Pesquisa e Avaliação nos Programas de Educação de Adultos no Brasil.

. Retomar a discussão sobre os marcos teóricos da proposta de Educação de Adultos do MOBRL, considerando que este procedimento é básico para o acontecimento desta própria proposta;

. Reposicionar a questão da avaliação nos Programas de Educação de Adultos do MOBRL a partir, inclusive, dos referidos marcos teóricos e do estabelecimento de princípios gerais para avaliação de todas as ações desenvolvidas pelo Órgão;

. Repensar, a nível de todas as ações educativas encaminhadas pelo MOBRL, a linha de formulação de objetivos, principalmente os relativos ao Programa de Alfabetização Funcional, no sentido de, se for o caso, clarificar o modo com que estão formulados, especificando os resultados pretendidos e os níveis de alcance dos mesmos;

. Estabelecer mecanismos ou "fortalecer os já existentes, para otimizar o interrelacionamento entre as áreas de planejamento, pesquisa, execução, supervisão, controle e informação no MOBRAL;

. Estabelecer mecanismos ou fortalecer os já existentes para otimizar o relacionamento entre as áreas executoras e de pesquisa, tendo em vista, a necessidade de uma maior participação conjunta na eleição dos temas de investigação, nas possíveis abordagens destes temas, na forma de apresentação, difusão e utilização dos resultados no processo da ação educativa;

. Repensar a linha de avaliação no interior das ações educativas, tendo em vista, principalmente, o reposicionamento de aspectos problemáticos relativos à administração da avaliação: avaliação do participante a cargo sobretudo do agente, critérios adotados por este agente, forma de registro destes procedimentos, entre outros;

. Desenvolver trabalhos conjuntos de cooperação técnica nas Coordenações do MOBRAL (áreas de planejamento, execução, acompanhamento, pesquisa e avaliação, controle e informação);

. Criar núcleos regionais ou estaduais de pesquisa e avaliação;

. Desenvolver estratégias para avaliação da própria linha de avaliação adotada pelo MOBRAL;

. Divulgar, sistematicamente, junto a setores organizados da sociedade, resultados de pesquisas desenvolvidas pelo MOBRAL;

. Conhecer e propor debates abertos sobre produções de outros organismos, grupos privados ou profissionais isolados, a respeito do MOBRAL;

SUGESTÕES QUANTO AO DOCUMENTO:

. Desdobrar e aprofundar os temas abordados neste estudo, como por exemplo, a questão da utilização dos resultados de pesquisas e avaliações e o item referente a representações sobre avaliação no MOBRAL devido a riqueza de seu conteúdo não exaustivamente explorado no presente trabalho;

. Desencadear, a partir de um documento que aponte os limites na difusão e utilização de resultados de estudos avaliativos, uma nova perspectiva de divulgação e uso desses resultados pela efetiva apreciação crítica do presente documento.

BIBLIOGRAFIA

AVELAR, Regina de Figueiredo. Pesquisa e avaliação - a experiência MOBRAL. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1983 - 16 p.

BÓRDIA, Anil. Planejamento e administração de programas de pós-alfabetização. Paris, UNESCO/IIPE, 1983. 22 p.

CASTRO, Celia Lucia Monteiro de & ALMEIDA, Terêzinha Wiggers. Subsídios para avaliação do programa de Alfabetização funcional. CETEP/SEPEs. Rio de Janeiro, maio de 1976. 477 p.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1978, 155 p.

CORREIA, Arlindo Lopes. Aplicabilidade de tecnologias avançadas de educação no Brasil. Educação, Brasília, MEC, 2 (5): 106-12, abr./jun. 1972.

_____. Educação e emprego. Educação, Brasília, MEC, 1(1): 144-23, abr./jun. 1971.

_____. Educação de massa e ação comunitária. Rio de Janeiro, MOBRAL - AGGS, 1979. 472 p.

_____. MOBRAL: realizações e perspectivas. Educação, Brasília, MEC, 2 (7): 58-65, jan./mar. 1973.

CREFAL. Evolución de base; el hombre y su Medio. México, 1972. 253 p. v.2 (Manualis prácticos sobre educación funcional).

DAVE, Ravindra H. Elaboração de um sistema de avaliação e monitoria de programas de alfabetização e pós-alfabetização. Paris, UNESCO/IIPE, 1982. 34 p.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante mito e realidade, UnB/ INEP, Brasília, 1982, 116 p.

DOTTRENS, Robert. A crise da educação e seus remédios. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. 232 p. (Biblioteca de Ciências de Educação).

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. A ação do MOBRAL para 1984 (versão preliminar). Rio de Janeiro, 1983, 23 p.

_____. Avaliação dos Projetos da DISUP/Documento Conclusivo, MOBRAL, Rio de Janeiro, 1982, 29 p.

_____. Diretrizes gerais de atuação da Divisão de Avaliação, Metodos e Pesquisas. Rio de Janeiro, 1983, 7.p.

_____. Política e Diretrizes para o planejamento 83/84 (versão preliminar). Rio de Janeiro, 1983, 3 p.

_____. Plano Estadual de Educação de Adultos (versão preliminar). DEPLA, 1983.

_____. Projeto de assistência técnica às Coordenações, DETED/DIAMP. Rio de Janeiro, 1983, 7 p.

_____. Proposta de Educação Supletiva. Rio de Janeiro, 1982. 15 p.

_____. Proposta de Reorganização, Grupo de Trabalho. Portaria nº 688 de 07/12/82.

_____. Sistematização de Pesquisas - CETEP/SEPES. Rio de Janeiro, 1974, 25 p.

GROSSI, Francisco Vio. Investigacion en educacion de adultos en America Latina: evolucion, estado y resultados. Santiago, UNESCO, 1982. 92 p.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Intervenção planejada na realidade social: escopo e limites da pesquisa de avaliação. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978. 195 p.

OLIVEIRA, Terezinha Rodrigues de et alii. A utilização de resultados de estudos avaliativos. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, ABT, 10 (42):34-37, set./out. 1981.

PEREIRA, Regina Coeli Ávila Alves. Avaliação do desempenho do aluno do Programa de Alfabetização Funcional em 59 mes no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, MOBRAL, 1981. 180 p.

POGGELER, Franz. Educação de adultos. Stultgart, Verlog
W. Kohlhammer, 1974, 3 v.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência
filosófica. São Paulo, Cortez Editora: Autores
Associados, 1980.

SIMONSEN, Mário Henrique. O MOBRL e os utopistas. Educação,
Brasília, MEC, 2 (7): 53-7, jan./mar. 1973.

KAUFMANN, Hans D. Some suggestions concerning the global
Evolution of Mobral's functional Literacy Programme
MOBRAL. Rio de Janeiro, 1978, 14 p.